TIM S.A.

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
em 30 de setembro de 2026

Classificado como Público

TIM S.A.

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

30 de setembro de 2026

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais individuais e consolidadas	1
Informações trimestrais individuais e consolidadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	13
Comentário de desempenho	14
Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas	32
Parecer do Conselho Fiscal	116
Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais individuais e consolidadas	117
Declaração dos diretores sobre o relatório dos Auditores Independentes	118

Classificado como Público

Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos acionistas da
TIM S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Tim S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Classificado como Público

Shape the future
with confidence

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC - 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci
Contador - CRC - RJ 091370/O

Classificado como Público

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	Nota	**09/2026**	**12/2025**	**09/2026**
Ativo		56.846.705	56.939.179	57.086.946
Circulante		12.657.176	13.464.205	12.909.381
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.074.406	3.610.324	3.215.933
Títulos e valores mobiliários	5	1.963.838	2.274.316	1.963.838
Contas a receber de clientes	6	4.834.974	4.901.777	4.897.912
Estoques	7	462.423	357.204	462.423
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.a	10.559	68.769	11.202
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	1.131.020	1.138.888	1.168.827
Despesas antecipadas	10	541.808	329.362	546.478
Instrumentos financeiros derivativos	36	322.697	452.203	322.697
Arrendamentos	17	37.390	34.098	37.390
Outros ativos	13	278.061	297.264	282.681
Não Circulante		44.189.529	43.474.974	44.177.565
Realizável a longo prazo		5.071.903	4.450.514	5.102.319
Títulos e valores mobiliários	5	30.138	26.339	30.138
Contas a receber de clientes	6	373.287	137.306	381.264
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.a	301.098	258.415	301.098
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	990.246	911.704	996.978
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.c	1.580.483	1.355.604	1.580.483
Depósitos judiciais	11	670.875	677.150	678.788
Despesas antecipadas	10	380.772	340.247	383.251
Arrendamentos	17	197.370	200.148	197.370
Ativos financeiros	12	514.672	514.109	514.672
Outros ativos	13	32.962	29.492	38.277
Investimentos	14	2.537.538	1.260.486	-
Imobilizado	15	22.330.199	23.171.451	23.919.968
Intangível	16	14.249.889	14.592.523	15.155.278

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	Nota	**09/2026**	**12/2025**	**09/2026**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		56.846.705	56.939.179	57.086.946
Total do Passivo		31.603.491	32.961.788	31.843.732
Circulante		14.756.517	15.201.168	14.954.177
Fornecedores	18	4.740.626	5.138.780	4.861.010
Empréstimos e financiamentos	20	961.432	925.626	961.432
Passivo de arrendamento	17	1.718.000	1.702.899	1.718.194
Instrumentos financeiros derivativos	36	74.288	168.711	74.288
Obrigações trabalhistas		360.076	361.271	388.140
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8.b	165.903	162.102	165.903
Impostos, taxas e contribuições a recolher	21	5.565.015	4.855.551	5.586.442
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	459.532	1.219.319	459.532
Autorizações a pagar	19	338.754	321.761	338.754
Receitas diferidas	22	153.914	259.527	181.195
Outros passivos e provisões		218.977	85.621	219.287
Não Circulante		16.846.974	17.760.620	16.889.555
Empréstimos e financiamentos	20	1.013.796	1.853.097	1.013.796
Passivo de arrendamento	17	12.059.611	12.061.969	12.059.611
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8.b	38.275	19.395	38.275
Impostos, taxas e contribuições a recolher	21	117.132	33.208	139.392
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.c	-	-	6.486
Provisão para processos judiciais e administrativos	23	1.477.418	1.559.687	1.483.197
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego	37	4.485	4.485	4.485
Autorizações a pagar	19	1.211.990	1.159.672	1.211.990
Receitas diferidas	22	347.715	506.184	349.717
Obrigações com acionistas	24	515.079	534.292	515.079
Outros passivos e provisões		61.473	28.631	67.527
Patrimônio Líquido	25	25.243.214	23.977.391	25.243.214
Capital social		13.477.891	13.477.891	13.477.891
Reservas de capital		378.643	388.236	378.643
Reservas de lucros		9.959.419	10.192.763	9.959.419
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.960)	(2.960)	(2.960)
Ações em tesouraria		(42.188)	(78.539)	(42.188)
Lucro do período		1.472.409	-	1.472.409

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora			
	Nota	**3° Tri/26**	**09/2026**	**3° Tri/25**	**09/2025**
Receita líquida	27	7.007.333	20.676.398	6.710.987	19.704.561
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	(3.062.223)	(9.328.804)	(3.025.654)	(9.196.777)
Lucro bruto		3.945.110	11.347.594	3.685.333	10.507.784
Receitas (despesas) operacionais:					
Comercialização	28	(1.552.450)	(4.642.808)	(1.504.564)	(4.483.763)
Gerais e administrativas	28	(459.012)	(1.405.008)	(424.542)	(1.290.935)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(114.976)	(201.267)	(25.633)	(78.004)
Outras receitas (despesas), líquidas	29	(260.441)	(338.239)	(65.385)	(149.220)
		(2.386.879)	(6.587.322)	(2.020.124)	(6.001.922)
Lucro antes de receitas e despesas financeiras		1.558.231	4.760.272	1.665.209	4.505.862
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	30	261.309	1.588.139	361.733	1.133.460
Despesas financeiras	31	(760.278)	(3.164.271)	(824.393)	(2.484.059)
Variações cambiais, líquidas	32	2.345	(4.773)	18.142	(67.102)
		(496.624)	(1.580.905)	(444.518)	(1.417.701)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.061.607	3.179.367	1.220.691	3.088.161
Imposto de renda e contribuição social	8.d	(70.862)	(401.958)	(12.986)	(107.447)
Lucro líquido do período		990.745	2.777.409	1.207.705	2.980.714
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação)					
Lucro básico por ação	33	0,41	1,16	0,50	1,23
Lucro diluído por ação	33	0,41	1,16	0,50	1,23

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado	
	Notas	**3° Tri/26**	**09/2026**
Receita líquida	27	7.069.367	20.840.980
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	(3.139.388)	(9.491.704)
Lucro bruto		3.929.979	11.349.276
Receitas (despesas) operacionais:			
Comercialização	28	(1.561.467)	(4.666.126)
Gerais e administrativas	28	(477.468)	(1.453.311)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(42.761)	(87.495)
Outras receitas (despesas), líquidas	29	(262.985)	(341.737)
		(2.344.681)	(6.548.669)
Lucro antes de receitas e despesas financeiras		1.585.298	4.800.607
Receitas (despesas) financeiras:			
Receitas financeiras	30	266.308	1.598.243
Despesas financeiras	31	(791.010)	(3.214.716)
Variações cambiais, líquidas	32	175	(6.695)
		(524.527)	(1.623.168)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.060.771	3.177.439
Imposto de renda e contribuição social	8.d	(70.026)	(400.030)
Lucro líquido do período		990.745	2.777.409
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação)			
Lucro básico por ação	33	0,41	1,16
Lucro diluído por ação	33	0,41	1,16

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora			
	3° Tri/26	**09/2026**	**3° Tri/25**	**09/2025**
Lucro líquido do período	990.745	2.777.409	1.207.705	2.980.714
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	990.745	2.777.409	1.207.705	2.980.714

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	3° Tri/26	**09/2026**
Lucro líquido do período	990.745	2.777.409
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do período	990.745	2.777.409

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período findo em 30 de setembro de 2026

(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Dividendos/JSCP adicionais propostos	Reserva de incentivo fiscal	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2026	13.477.891	388.236	1.714.578	5.335.142	-	3.143.043	(2.960)	(78.539)	-	23.977.391
Total do resultado abrangente do período										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	2.777.409	2.777.409
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	2.777.409	2.777.409
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas										
Plano de incentivo a longo prazo	-	16.983	-	-	-	-	-	-	-	16.983
Variação do valor da ação na data da outorga x valor justo	-	-	-	(3.042)	-	-	-	3.042	-	-
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	-	-	(252.138)	-	(252.138)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	(258.871)				258.871	-	
Transferência de ações - plano de incentivo a longo prazo	-	(26.576)	-		-	-	-	26.576	-	-
Destinação do lucro líquido do período:										
Juros sobre capital próprio (nota 25.d)	-	-	-		-				(1.305.000)	(1.305.000)
Dividendos/JSCP não reclamados	-	-	-	28.569			-		-	28.569
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	(9.593)	-	(233.344)	-	-	-	36.351	(1.305.000)	(1.511.586)
Saldos em 30 de setembro de 2026	13.477.891	378.643	1.714.578	5.101.798	-	3.143.043	(2.960)	(42.188)	1.472.409	25.243.214

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período findo em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Dividendos/JSCP adicionais propostos	Reserva de incentivo fiscal	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	13.477.891	373.020	1.521.086	6.285.419	2.050.000	2.702.955	(2.284)	(3.451)	-	26.404.636
Total do resultado abrangente do período										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	2.980.714	2.980.714
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	2.980.714	2.980.714
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas										
Plano de incentivo a longo prazo	-	12.818	-	-	-	-	-	-	-	12.818
Variação do valor da ação na data da outorga x valor justo	-		-	(3.166)	-	-	-	3.166	-	-
Frações de ações prescritas (25.b)		23.997								23.997
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	-	-	(368.938)	-	(368.938)
Transferência de ações - plano de incentivo a longo prazo		(25.779)	-		-	-	-	25.779	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 25.d)	-	-		(490.000)	-	-	-	-	-	(490.000)
Destinação do lucro líquido do período:										
Juros sobre capital próprio (nota 25.d)	-	-	-		-				(1.300.000)	(1.300.000)
Dividendos/JSCP adicionais distribuídos	-	-	-	(2.050.000)		-	-	-	-	(2.050.000)
Distribuição da reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	2.050.000	(2.050.000)		-		-	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	11.036	-	(493.166)	(2.050.000)	-	-	(339.993)	(1.300.000)	(4.172.123)
Saldos em 30 de setembro de 2025	13.477.891	384.056	1.521.086	5.792.253	-	2.702.955	(2.284)	(343.444)	1.680.714	25.213.227

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	Nota	**09/2026**	**09/2025**	**09/2026**
Atividades operacionais				
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		3.179.367	3.088.161	3.177.439
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	28	5.224.883	5.300.546	5.393.315
Resultado de equivalência patrimonial	14	201.267	78.004	87.495
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		7.693	13.662	6.382
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		(704)	2.394	(704)
Provisão para processos judiciais e administrativos	23	145.415	163.320	144.123
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos		148.046	(13.949)	147.809
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		650.198	680.183	711.027
Juros sobre títulos e valores mobiliários		(180.234)	(259.323)	(180.234)
Juros sobre passivo de arrendamento	31	1.354.247	1.190.878	1.354.316
Juros sobre arrendamentos	30	(21.445)	(21.656)	(21.445)
Provisão para perdas de crédito esperadas	28	739.047	564.896	738.446
Resultado de operações com outros derivativos		-	165.780	-
Perda de investimento avaliado ao valor justo		263.321	-	263.321
Planos de incentivo a longo prazo		16.983	12.818	16.983
		11.728.084	10.965.714	11.838.273
Redução (aumento) dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes		(898.752)	(439.597)	(893.518)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar		147.855	37.287	148.563
Estoques		(105.219)	(59.916)	(105.219)
Despesas antecipadas		(252.970)	(189.388)	(212.420)
Depósitos judiciais		24.320	7.905	24.117
Outros ativos		16.579	(41.464)	16.267
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Obrigações trabalhistas		(1.195)	(3.679)	5.770
Fornecedores		(365.220)	(713.323)	(346.819)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		332.567	375.451	333.885
Autorizações a pagar		(7.537)	9.673	(7.537)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	23	(393.775)	(267.953)	(393.775)
Receitas diferidas		(264.082)	(66.846)	(341.257)
Outros passivos		(47.926)	(193.750)	(59.850)
Caixa gerado pelas operações		**9.912.729**	**9.420.114**	**10.006.480**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(484.497)	(250.554)	(484.497)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**9.428.232**	**9.169.560**	**9.521.983**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	Nota	**09/2026**	**09/2025**	**09/2026**
Atividades de investimentos				
Resgates de títulos e valores mobiliários		5.663.418	5.414.147	5.745.809
Aplicações de títulos e valores mobiliários		(5.176.506)	(5.583.983)	(5.176.506)
Aporte de capital Fundo 5G		-	(84.984)	-
Aumento de capital I-systems		(600.000)	-	-
Aumento de capital V8.Tech		(56.000)	-	
Adições ao imobilizado e intangível		(3.174.220)	(3.194.979)	(3.266.593)
Recebimento de acordo com o C6			52.000	
Pagamento em aquisição da V8.Tech, líquido do caixa adquirido	1.2.2	(99.962)	-	(52.674)
Pagamento em aquisição da I-Systems, líquido do caixa adquirido	1.2.1	(946.800)	-	(917.121)
Outros		20.934	21.205	20.934
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(4.369.136)**	**(3.376.594)**	**(3.646.151)**
Atividades de financiamentos				
Amortização de empréstimos e financiamentos	36	(915.446)	(308.993)	(1.541.866)
Juros pagos – Empréstimos e financiamentos	36	(54.031)	(59.192)	(102.245)
Pagamento de passivo de arrendamento	36	(1.168.672)	(1.177.982)	(1.169.014)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento	36	(1.397.990)	(1.210.923)	(1.398.223)
Incentivos de arrendamentos recebidos		145.919	24.242	145.919
Ingressos pelas operações de grupamento e desdobramento de ações	24	-	455.691	-
Pagamentos pelas operações de grupamento e desdobramento de ações		(346)	(79.075)	(346)
Instrumentos financeiros derivativos		78.338	(78.101)	78.338
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações		(252.138)	(356.133)	(252.138)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	25	(2.030.648)	(2.587.708)	(2.030.648)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(5.595.014)**	**(5.378.174)**	**(6.270.223)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		**(535.918)**	**414.792**	**(394.391)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		**3.610.324**	**3.258.743**	**3.610.324**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		**3.074.406**	**3.673.535**	**3.215.933**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	09/2026	**09/2025**	**09/2026**
Receitas			
Receita operacional bruta	32.729.891	29.584.916	32.917.750
Provisão para perdas de crédito esperadas	(739.047)	(564.896)	(738.446)
Descontos concedidos, devoluções e outros	(8.942.851)	(6.884.615)	(8.942.851)
	23.047.993	22.135.405	23.236.453
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(3.828.564)	(3.489.820)	(3.769.070)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.882.922)	(2.672.648)	(2.923.079)
	(6.711.486)	(6.162.468)	(6.692.149)
Retenções			
Depreciação e amortização	(5.224.883)	(5.300.546)	(5.393.315)
Valor adicionado líquido produzido	11.111.624	10.672.391	11.150.989
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	(201.267)	(78.004)	(87.495)
Receitas financeiras	1.708.258	1.299.295	1.719.458
	1.506.991	1.221.291	1.631.963
Valor adicionado total a distribuir	12.618.615	11.893.682	12.782.952
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	594.101	589.037	643.691
Benefícios	224.642	237.064	239.854
F.G.T.S	60.902	59.959	65.225
Outros	37.570	48.168	37.464
	917.215	934.228	986.234
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	2.336.775	1.908.555	2.375.455
Estaduais	2.255.244	2.249.295	2.255.238
Municipais	89.016	91.178	94.287
	4.681.035	4.249.028	4.724.980
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros	3.243.092	2.692.853	3.291.396
Aluguéis	999.495	1.028.590	1.002.564
	4.242.587	3.721.443	4.293.960
Outros			
Investimento social	369	8.269	369
	369	8.269	369
Remuneração de Capital Próprio			
Dividendos e JCSP	1.305.000	1.300.000	1.305.000
Lucros retidos	1.472.409	1.680.714	1.472.409
	2.777.409	2.980.714	2.777.409

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

3T26 | RELEASE DE RESULTADOS

TIM

Sólidos resultados no 3T26 mantêm a TIM em linha com os objetivos de 2026

RECEITA DE SERVIÇOS
5,8% A/A (9M26)
Crescimento sustentado pelo móvel e maior contribuição de novas linhas de negócio

RECEITA DE SERVIÇOS B2B (EX-WHOLESALE)
19,3% A/A (12 meses até set/2026)
Expansão em verticais estratégicas e contribuição da V8.TECH

EBITDA
6,8% A/A (9M26)
Receita sólida e eficiência de custos sustentam o EBITDA

EBITDA-AL
7,7% A/A (9M26)
Sólido crescimento com expansão de margem: **39,5%** (+0,7 p.p. A/A)

FLUXO DE CAIXA OP.
11,6% A/A (9M26)
Geração de caixa, com aumento de Margem: **23,9%** (+1,3 p.p. A/A)

REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA
R$ 1,56 Bi (9M26)
de JSCP anunciados e recompras realizadas até setembro

Portfólio: Ampliação do portfólio para capturar novas oportunidades e aprofundar o relacionamento com os clientes



- **TIM BetaCreator**: Relançamento reforça benefícios, exclusividade e senso de comunidade, com 50 GB, TikTok ilimitado, acesso por convite e recarga mensal recorrente.



- **TIM Play:** Entretenimento que gera valor: 5 combos | Até 9 serviços de streaming | Pagamento único | Economia de até 50%

B2B: Novos avanços em verticais estratégicas e ampliação do portfólio com novas soluções

- **BYD:** Fortalecendo a atuação na vertical automotiva; +200 mil veículos com conectividade embarcada nos próximos 24 meses
- **ORACLE+V8.TECH:** Expansão do portifólio da V8.Tech combinando infraestrutura, capacidade computacional e serviços gerenciados em uma oferta empresarial integrada

Evolução do Programa de IA: Transformando a experiência do cliente e aumentando a eficiência na operação da rede

ATENDIMENTO
- Três agentes de IA já atuam em jornadas-chave, incluindo contas, cobrança e ofertas/vendas
- Redução de 86% no tempo médio de atendimento vs. atendimento humano, em uma operação que alcança 154 mil interações por mês.

REDE
- Na frente preditiva, modelos de IA identificam sites com risco de falha e acionam a manutenção antes que o problema afete o cliente.
- Na frente preventiva, a IA garante a qualidade e a padronização dos serviços durante as visitas técnicas.

Nota: EBITDA e Lucro Líquido normalizados conforme itens apontados em suas respectivas seções. EBITDA-AL excluindo o impacto das multas do descomissionamento dos sites. Fluxo de Caixa Operacional ("FCO") representa o EBITDA-AL (-) Capex.

Classificado como Público

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Descrição	3T26	3T25	%A/A	2T26	%T/T	9M26	9M25	%A/A
FINANCEIRO (R$ milhões)								
Receita Líquida	**7.069**	**6.711**	**5,3%**	**6.965**	**1,5%**	**20.841**	**19.705**	**5,8%**
Receita de Serviços	6.882	6.534	5,3%	6.785	1,4%	20.311	19.191	5,8%
Serviço Móvel	6.451	6.203	4,0%	6.369	1,3%	19.073	18.213	4,7%
Serviço Fixo	430	331	30,1%	416	3,4%	1.238	977	26,7%
Custos Normalizados* da Operação	(3.368)	(3.242)	3,9%	(3.380)	-0,3%	(10.267)	(9.800)	4,8%
EBITDA Normalizado*	**3.701**	**3.469**	**6,7%**	**3.586**	**3,2%**	**10.574**	**9.905**	**6,8%**
Margem EBITDA Normalizada*	52,4%	51,7%	0,7p.p.	51,5%	0,9p.p.	50,7%	50,3%	0,5p.p.
EBITDA-AL Normalizado*	**2.917**	**2.712**	**7,6%**	**2.802**	**4,1%**	**8.243**	**7.652**	**7,7%**
Margem EBITDA-AL Normalizada*	41,3%	40,4%	0,9p.p.	40,2%	1,0p.p.	39,5%	38,8%	0,7p.p.
Lucro Líquido Normalizado*	**1.113**	**1.208**	**-7,8%**	**1.036**	**7,4%**	**2.971**	**2.994**	**-0,8%**
Capex	(978)	(974)	0,4%	(935)	4,6%	(3.267)	(3.195)	2,2%
FCO (EBITDA-AL Normalizado* - Capex)	**1.939**	**1.738**	**11,6%**	**1.868**	**3,8%**	**4.976**	**4.457**	**11,6%**
OPERACIONAL ('000)								
Base Móvel de Clientes	**61.584**	**62.619**	**-1,7%**	**61.879**	**-0,5%**	**61.584**	**62.619**	**-1,7%**
Pré-pago	27.555	30.275	-9,0%	28.211	-2,3%	27.555	30.275	-9,0%
Pós-pago	34.029	32.344	5,2%	33.668	1,1%	34.029	32.344	5,2%
Base de Clientes TIM Ultrafibra	**931**	**823**	**13,2%**	**899**	**3,5%**	**931**	**823**	**13,2%**

Classificado como Público

EVENTOS RECENTES E SUBSEQUENTES

Para mais detalhes, acesse o site de Relações com Investidores da TIM S.A.: Arquivamentos

Remuneração aos Acionistas

No dia 17 de setembro de 2026, o Conselho de Administração da TIM S.A. aprovou a distribuição de Juros sobre Capital Próprio no montante de R$ 515 milhões. Na mesma data, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 13.200.000 (treze milhões e duzentas mil) ações mantidas em tesouraria.

Aprovação de Novo Programa de Recompra de Ações

Em 19 de agosto de 2026, o Conselho de Administração da TIM S.A. aprovou o Programa 9 de recompra de ações, que autoriza a aquisição de até 55.187.638 ações ordinárias, equivalentes a aproximadamente 2,31% do total, pelo valor máximo de R$ 1 bilhão. O programa vigorará até 19 de fevereiro de 2028. Na mesma ocasião, a TIM informou o encerramento do Programa 8, no qual foram adquiridas 46.884.500 ações, com desembolso aproximado de R$ 1 bilhão.

Incorporação I-Systems

Em 30 de outubro de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a incorporação da I-Systems Soluções de Infraestrutura S.A. pela TIM S.A. A consumação da incorporação está condicionada à aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada em 30 de novembro de 2026. Desde 6 de maio de 2026, a I-Systems é subsidiária integral da Companhia.

Classificado como Público

DESTAQUES FINANCEIROS

RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL

Descrição	3T26	3T25	%A/A	2T26	%T/T	9M26	9M25	%A/A
R$ milhões								
Receita Líquida Total	**7.069**	**6.711**	**5,3%**	**6.965**	**1,5%**	**20.841**	**19.705**	**5,8%**
Receita de Serviços	**6.882**	**6.534**	**5,3%**	**6.785**	**1,4%**	**20.311**	**19.191**	**5,8%**
Serviço Móvel	**6.451**	**6.203**	**4,0%**	**6.369**	**1,3%**	**19.073**	**18.213**	**4,7%**
Gerada pelo Cliente	6.011	5.819	3,3%	5.877	2,3%	17.707	17.064	3,8%
Interconexão	83	89	-7,1%	90	-8,5%	283	263	7,5%
Plataforma de Clientes	45	30	49,6%	63	-28,2%	134	81	66,1%
Outras Receitas	313	264	18,2%	338	-7,6%	949	805	17,9%
Serviço Fixo	**430**	**331**	**30,1%**	**416**	**3,4%**	**1.238**	**977**	**26,7%**
dos quais TIM Ultrafibra	257	228	12,7%	247	3,9%	747	672	11,2%
Receita de Produtos	**188**	**177**	**6,0%**	**181**	**3,9%**	**530**	**514**	**3,1%**

Receita Líquida Total ("RL"): R$ 7.069 milhões no 3T26 (+5,3% A/A; +5,8% A/A nos 9M26)

A Receita Líquida Total manteve trajetória de crescimento, refletindo principalmente o desempenho da Receita de Serviços combinada com o aumento da Receita de Produtos.

Receita de Serviços (+5,3% A/A no 3T26; +5,8% A/A nos 9M26)

A performance reflete a evolução das principais frentes de negócio, resultado da estratégia de diversificação das receitas da Companhia: (i) desempenho consistente do pós-pago; (ii) recuperação gradual do pré-pago; (iii) aceleração da TIM Ultrafibra e (iv) maior contribuição de frentes como IoT e publicidade móvel. Nos 9M26 a dinâmica refletiu os mesmos itens indicados anteriormente.

Receita de Produtos (+6,0% A/A no 3T26; +3,1% A/A nos 9M26)

No 3T26 e nos 9M26, a Receita de Produtos cresceu, refletindo uma contribuição mais relevante das frentes de negócios B2B, enquanto a receita de aparelhos permaneceu praticamente estável no período.

SEGMENTO MÓVEL:

Receita de Serviço Móvel ("RSM") (+4,0% A/A no 3T26; +4,7% A/A nos 9M26) | ARPU Móvel (R$ 34,8 no 3T26; +5,0% A/A) / (R$ 34,3 nos 9M26; +5,3% A/A)

A evolução da RSM refletiu o desempenho do pós-pago, a desaceleração da queda do pré-pago e a contribuição de outras linhas de receita, incluindo publicidade. No trimestre, o ARPU móvel cresceu 5,0% A/A, alcançando R$ 34,8, com destaque para a evolução do ARPU pré-pago. Nos 9M26, esses fatores também sustentaram o desempenho da RSM.

Classificado como Público

Receita Gerada pelo Cliente ("RGC") (+3,3% A/A no 3T26; +3,8% A/A nos 9M26)

No trimestre, a evolução do RGC refletiu a moderação do crescimento do pós-pago, a aceleração da recuperação do pré-pago e a contribuição positiva das receitas de visitantes (roaming). Nos 9M26, o desempenho foi impulsionado principalmente pelo pós-pago, com contribuição adicional das receitas de roaming.

Receita de Interconexão (-7,1% A/A no 3T26; +7,5% A/A nos 9M26)

O desempenho no trimestre refletiu, principalmente, uma base comparativa mais desafiadora, em função da contribuição de acordos com outras operadoras no 3T25. Nos 9M26, o avanço das receitas de MVNOs compensou esse efeito.

Receita de Plataforma de Clientes (+49,6% A/A no 3T26; +66,1% A/A nos 9M26)

O crescimento trimestral e do acumulado do ano refletem a contínua expansão da frente de publicidade móvel da Companhia (TIM Ads), além da contribuição positiva das parcerias.

Outras Receitas (+18,2% A/A no 3T26; +17,9% A/A nos 9M26)

O desempenho no trimestre foi impulsionado principalmente pela evolução das receitas de IoT e de compartilhamento de infraestrutura (SWAP), que também contribuíram para o crescimento no acumulado dos 9M26.

A seguir, o desempenho por perfil de cliente móvel:

PÓS-PAGO

Receita (+4,1% A/A no 3T26; +5,8% A/A nos 9M26) | ARPU ex-M2M (R$ 55,4 no 3T26; -0,3% A/A) / (R$ 55,4 nos 9M26; +0,6% A/A)

O crescimento do pós-pago seguiu apoiado pela expansão da base de clientes ex-M2M, que avançou 4,1% A/A, com 292 mil adições líquidas no trimestre, refletindo o ritmo sólido de migrações e a normalização do churn ex-M2M para 0,8%. Os reajustes aplicados ao longo do ano também contribuíram para a evolução das receitas, embora a maior intensidade competitiva, especialmente no primeiro semestre, tenha levado a maiores descontos para retenção de clientes e pressionado os preços de aquisição. Nesse contexto, o ARPU pós-pago ex-M2M permaneceu praticamente estável A/A. Nos 9M26, o desempenho manteve-se sustentado principalmente pela expansão da base e pelos reajustes de preços.

PRÉ-PAGO

Receita (-4,2% A/A no 3T26; -5,9% A/A nos 9M26) | ARPU (R$ 15,2 no 3T26; +4,5% A/A) / (R$ 14,6 nos 9M26; +2,4% A/A)

A receita pré-paga apresentou a menor contração anual dos últimos trimestres, refletindo principalmente as iniciativas de monetização implementadas ao longo do ano, incluindo ajustes nos benefícios das ofertas para estimular maior gasto por cliente e o lançamento da oferta de R$ 40 em determinados DDDs. Essas ações, combinadas à estabilidade da base de recarregadores, contribuíram para o crescimento de 4,5% A/A do ARPU pré-pago. Nos 9M26, a receita ainda apresentou retração, mas já refletiu os efeitos graduais dessas iniciativas de monetização da base.

Classificado como Público

SEGMENTO FIXO:

Receita de Serviço Fixo ("RSF") (+30,1% A/A no 3T26; +26,7% A/A nos 9M26)

A performance da RSF refletiu o avanço da TIM Ultrafibra, além do efeito da consolidação da V8.TECH ("V8").

TIM ULTRAFIBRA

Receita (+12,7% A/A no 3T26; +11,2% A/A nos 9M26) | ARPU (R$ 94,1 no 3T26; -0,6% A/A) / (R$ 93,9 nos 9M26; -0.6% A/A)

A receita da TIM Ultrafibra cresceu 12,7% A/A no trimestre, para R$ 257 milhões, sustentada principalmente pela expansão da base de clientes, que alcançou 931 mil acessos (+13,2% A/A) e completou o terceiro trimestre consecutivo de crescimento de dois dígitos. No trimestre, a operação também manteve bom desempenho na aquisição de clientes, com crescimento de 10% A/A das adições brutas, além de avanços nas iniciativas de convergência e no mix de planos de maior valor. Nos 9M26, a receita avançou 11,2% A/A, refletindo a expansão consistente da base ao longo do período.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	3T26	3T25	%A/A	2T26	%T/T	9M26	9M25	%A/A
R$ milhões								
Custos Reportados da Operação	**(3.583)**	**(3.242)**	**10,5%**	**(3.452)**	**3,8%**	**(10.560)**	**(9.820)**	**7,5%**
Custos Normalizados* da Operação	**(3.368)**	**(3.242)**	**3,9%**	**(3.380)**	**-0,3%**	**(10.267)**	**(9.800)**	**4,8%**
Pessoal	(406)	(387)	4,8%	(406)	-0,1%	(1.195)	(1.124)	6,3%
Comercialização	(949)	(961)	-1,2%	(964)	-1,5%	(2.849)	(2.875)	-0,9%
Rede e Interconexão	(1.267)	(1.211)	4,6%	(1.287)	-1,6%	(4.049)	(3.780)	7,1%
Gerais e Administrativos	(216)	(190)	13,4%	(229)	-6,0%	(666)	(609)	9,5%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(226)	(235)	-3,9%	(240)	-5,7%	(691)	(700)	-1,3%
Provisão para Devedores Duvidosos	(249)	(191)	30,0%	(264)	-5,9%	(738)	(565)	30,7%
Outras receitas (despesas) operacionais	(56)	(65)	-14,4%	11	n.a.	(78)	(148)	-47,0%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	**(3.142)**	**(3.006)**	**4,5%**	**(3.140)**	**0,1%**	**(9.576)**	**(9.100)**	**5,2%**

* Custos e Despesas Operacionais normalizados por: ajuste no preço de aquisição da I-Systems (+R$ 207,0 milhões no 3T26 e +R$ 56,3 milhões no 2T26), custos com serviços de consultoria para projetos estratégicos (+R$ 7,8 milhões no 3T26, +R$ 15,7 milhões no 2T26 e +R$ 6,0 milhões no 1T26), e custos com serviços jurídicos no âmbito do encerramento da disputa com o antigo parceiro de serviços financeiros (+R$ 1,1 milhão no 2T25 e +R$ 19,0 milhões no 1T25).

Custos e Despesas Operacionais: R$ 3.368 milhões no 3T26 (+3,9% A/A; 47,6% da RL | +4,8% A/A nos 9M26)

Os Custos e Despesas Operacionais Normalizados mantiveram o ritmo de desaceleração, permanecendo abaixo da expansão da Receita Líquida e da inflação acumulada (IPCA de 4,58%[1]), contribuindo para a expansão da margem EBITDA.

[1] IPCA de 12 meses acumulados encerrados em setembro de 2026. Fonte: IBGE.

Classificado como Público

Pessoal (+4,8% A/A no 3T26; 5,7% da RL | +6,3% A/A nos 9M26)

O crescimento do trimestre e do acumulado do ano é explicado pelos efeitos da consolidação de V8 e I-Systems. Excluindo esses impactos, a linha apresentou queda de 4,6% A/A no trimestre (-1,0% A/A nos 9M26), refletindo os ganhos com iniciativas de reorganização da estrutura corporativa implementadas no passado.

Comercialização (-1,2% A/A no 3T26; 13,4% da RL | -0,9% A/A nos 9M26)

A redução no trimestre refletiu principalmente uma base comparativa mais elevada nas despesas com publicidade e propaganda, além dos ganhos estruturais de eficiência nos canais de atendimento e cobrança decorrentes das iniciativas de digitalização. Nos 9M26, a redução também refletiu esses ganhos de eficiência, parcialmente compensados pela dinâmica das despesas com publicidade ao longo do período.

Rede e Interconexão (+4,6% A/A no 3T26; 17,9% da RL | +7,1% A/A nos 9M26)

O desempenho da linha refletiu, no trimestre, maiores custos de interconexão, associados ao tráfego de visitantes (roaming), e com custos de provedores de conteúdo, parcialmente compensados por menores despesas com aluguel de infraestrutura de fibra após aquisição da I-Systems. Nos 9M26, a dinâmica permaneceu influenciada por esses mesmos fatores.

Gerais e Administrativos ("G&A")[2] (+13,4% A/A no 3T26; 3,0% da RL | +9,5% A/A nos 9M26)

A evolução da linha no trimestre refletiu a consolidação da V8 e da I-Systems e maiores gastos com serviços profissionais especializados e de TI, além de uma base de comparação mais desafiadora, beneficiada no 3T25 por um acordo com fornecedor relacionado a projetos de TI. Nos 9M26, a linha foi impactada, principalmente, pelos mesmos fatores.

Custo de Mercadorias Vendidas ("CMV") (-3,9% A/A no 3T26; 3,2% da RL | -1,3% A/A nos 9M26)

A redução do CMV refletiu principalmente o menor volume de aparelhos vendidos no trimestre. Nos 9M26, o desempenho da linha acompanhou a menor atividade na venda de aparelhos ao longo do período.

Provisões para Devedores Duvidosos ("PDD") (+30,0% A/A no 3T26; 3,5% da RL | +30,7% A/A nos 9M26) (% Receita Bruta Total nos 9M26 de 2,2%; +0,3 p.p. A/A)

Na comparação sequencial, a linha apresentou redução de 5,9% T/T, refletindo a menor contribuição do efeito relacionado ao cliente B2B e uma melhora na dinâmica do B2C. Na comparação anual, por outro lado, o desempenho ainda permaneceu pressionado, principalmente, pelo impacto relacionado àquele parceiro de B2B.

[2] A linha de G&A apresentou impacto não recorrente de R$ 7,8 milhões no 3T26, R$ 15,7 milhões no 2T26 e R$ 6,0 milhões no 1T26, referentes a custos com serviços de consultoria para projetos estratégicos, e de R$ 19,0 milhões no 1T25, relativos a serviços jurídicos no âmbito do encerramento da disputa com o antigo parceiro de serviços financeiros.

Classificado como Público

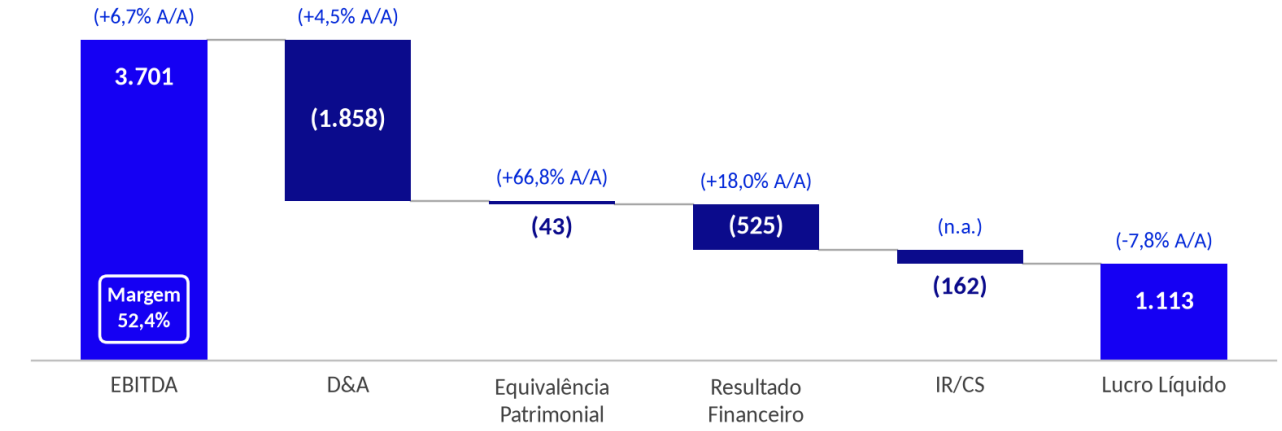
Outras Despesas (Receitas) Operacionais[3] (-14,4% A/A no 3T26; 0,8% da RL | -47,0% A/A nos 9M26)

No trimestre, a variação é explicada pela dinâmica de provisionamento das contingências civil e fiscal. No acumulado do ano, o resultado reflete as negociações recentes com empresas de torres.

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

Do EBITDA ao Lucro Líquido (3T26)

(R$ Mi; %A/A)



EBITDA[4]: R$ 3.701 milhões no 3T26 (+6,7% A/A; +6,8% A/A nos 9M26) | Margem: 52,4% no 3T26 (+0,7 p.p. A/A)

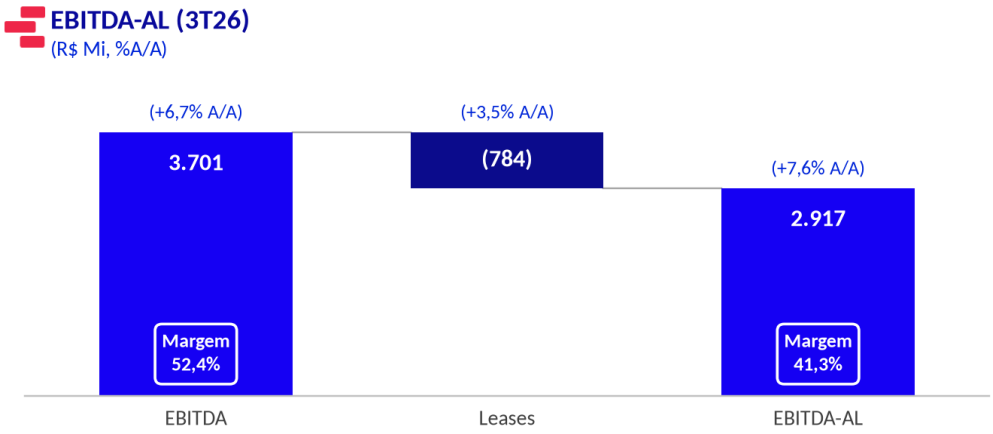
O EBITDA Normalizado manteve crescimento consistente, sustentado pela expansão da receita de serviços, pela disciplina na gestão de custos e pelas sinergias decorrentes da consolidação da V8 e I-Systems.

EBITDA-AL[5]: R$ 2.917 milhões no 3T26 (+7,6% A/A; +7,7% A/A nos 9M26) | Margem-AL: 41,3% no 3T26 (+0,9 p.p. A/A)

EBITDA-AL ("After Lease") Normalizado corresponde ao EBITDA Normalizado após os efeitos dos arrendamentos ("leases"). O desempenho reflete a melhora operacional e a gestão ativa dos leases, que atingiram R$ 784 milhões no trimestre (+3,5% A/A), ou 11,1% da receita líquida (-0,2 p.p. A/A). A disciplina na gestão dos custos de infraestrutura de torres continuou contribuindo positivamente para a linha, parcialmente afetada pelo aumento dos contratos de energia renovável.

[3] A linha de Outras Despesas (Receitas) Operacionais apresentou impacto não recorrente de R$ 207,0 milhões no 3T26 e de R$ 56,3 milhões no 2T26, referente ao ajuste de preço da aquisição da I-Systems, e de R$ 1,1 milhão no 2T25, referente a ajustes contratuais com serviços jurídicos no âmbito do encerramento da disputa com o antigo parceiro de serviços financeiros.
[4] EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de "Custos e Despesas Operacionais".
[5] EBITDA-AL normalizado por efeitos não recorrentes no EBITDA e excluindo o impacto das multas do descomissionamento dos sites.

Classificado como Público



DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ("D&A")

Descrição	3T26	3T25	% A/A	2T26	% T/T	9M26	9M25	% A/A
R$ milhões								
Depreciação	(1.333)	(1.284)	3,9%	(1.281)	4,1%	(3.848)	(3.842)	0,1%
dos quais Depreciação de Arrendamentos	(459)	(422)	8,8%	(453)	1,3%	(1.354)	(1.259)	7,5%
Amortização	(525)	(495)	6,1%	(516)	1,8%	(1.546)	(1.458)	6,0%
D&A Total	**(1.858)**	**(1.779)**	**4,5%**	**(1.796)**	**3,4%**	**(5.393)**	**(5.301)**	**1,8%**

D&A (+4,5% A/A no 3T26; +1,8% A/A nos 9M26)

O crescimento reflete, principalmente, o efeito da consolidação da I-Systems no trimestre. Nos 9M26, a linha foi afetada principalmente pela maior amortização de software.

RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	3T26	3T25	%A/A	2T26	%T/T	9M26	9M25	% A/A
R$ milhões								
Itens Caixa	**(579)**	**(461)**	**25,5%**	**(589)**	**-1,6%**	**(1.733)**	**(1.346)**	**28,7%**
Juros sobre Dívidas Financeiras (Líquido de Derivativos)	(87)	(94)	-6,7%	(97)	-9,9%	(262)	(258)	1,2%
Juros relacionados a Caixa e Equivalentes de Caixa	157	225	-30,0%	175	-9,8%	531	567	-6,4%
Juros sobre Arrendamentos	(448)	(409)	9,5%	(421)	6,4%	(1.333)	(1.169)	14,0%
Outros	(201)	(183)	9,5%	(245)	-17,9%	(669)	(486)	37,8%
Itens Não Caixa	**54**	**17**	**225,6%**	**20**	**176,4%**	**110**	**(72)**	**n.a.**
Marcação a Mercado de Derivativos	54	21	157,8%	4	1.147,8%	89	25	249,8%
Marcação a Mercado do antigo parceiro financeiro	-	-	-	-	-	-	(166)	n.a.
Outros	-	(4)	n.a.	15	n.a.	21	69	-69,4%
Resultado Financeiro Líquido	**(525)**	**(445)**	**18,0%**	**(569)**	**-7,8%**	**(1.623)**	**(1.418)**	**14,5%**

* Os montantes relacionados ao Fundo 5G foram reclassificados gerencialmente da linha de 'Outros Itens Caixa' para 'Outros Itens Não Caixa' para refletir melhor a natureza desses efeitos, sem impacto no Resultado Financeiro total.

Classificado como Público

Resultado Financeiro Líquido (+18,0% A/A no 3T26; +14,5% A/A nos 9M26)

A piora na comparação anual refletiu principalmente o aumento das despesas com juros sobre arrendamentos e a menor receita de juros sobre caixa e equivalentes de caixa, parcialmente compensados pelo melhor resultado da marcação a mercado de derivativos. Na comparação sequencial, o Resultado Financeiro Líquido apresentou melhora de 7,8% T/T, beneficiado principalmente pela redução de outros itens financeiros. Nos 9M26, a piora refletiu sobretudo o aumento dos juros sobre arrendamentos e de outros itens caixa, parcialmente compensado pelo desempenho positivo dos itens não caixa.

Imposto de Renda e Contribuição Social ("IR/CS")[6] (R$ 149 mi A/A no 3T26; +337,1% A/A nos 9M26)

O IR/CS Normalizado totalizou -R$ 162 milhões no 3T26 (alíquota efetiva de -12,7%), vs. -R$ 13 milhões no 3T25 (alíquota efetiva de -1,1%). O aumento decorre principalmente da menor deliberação de Juros sobre Capital Próprio no 3T26 em comparação ao 3T25 (R$ 515 milhões vs. R$ 800 milhões, respectivamente). No acumulado do ano, a linha é impactada principalmente pela maior deliberação de Juros sobre Capital Próprio durante o ano de 2025.

Lucro Líquido[7]: R$ 1.113 milhões no 3T26 (-7,8% A/A; -0,8% A/A nos 9M26)

A queda no Lucro Líquido Normalizado refletiu: (i) o maior IR/CS, decorrente da menor deliberação de JSCP; (ii) a piora no resultado financeiro; e (iii) o aumento da linha de Depreciação e Amortização, como efeito da consolidação da I-Systems. O Lucro por Ação (LPA) Normalizado alcançou R$ 0,47 no 3T26, frente a R$ 0,50 no 3T25. Nos 9M26, a linha foi impactada principalmente pelos mesmos efeitos citados.

INVESTIMENTOS E FLUXO DE CAIXA

CAPEX

Descrição	3T26	3T25	% A/A	2T26	% T/T	9M26	9M25	% A/A
R$ milhões								
Rede	692	667	3,8%	647	7,0%	2.383	2.317	2,9%
TI e Outros	286	307	-7,0%	288	-0,7%	883	878	0,6%
Capex	**978**	**974**	**0,4%**	**935**	**4,6%**	**3.267**	**3.195**	**2,2%**
Capex/ Receita Líquida	**13,8%**	**14,5%**	**-0,7p.p.**	**13,4%**	**0,4p.p.**	**15,7%**	**16,2%**	**-0,5p.p.**

Capex: R$ 978 milhões no 3T26 (+0,4% A/A; 13,8% da RL | +2,2% A/A nos 9M26)

O Capex permaneceu praticamente estável A/A no trimestre, enquanto a intensidade de capital recuou 0,7 p.p., para 13,8% da receita líquida. Nos 9M26, o Capex cresceu 2,2% A/A, mantendo trajetória em linha com os objetivos (Guidance) para o ano.

[6] A linha de IR/CS teve efeitos não recorrentes no montante de -R$ 92,2 milhões no 3T26, -R$ 5,4 milhões no 2T26, -R$ 2,0 milhões no 1T26, -R$ 387 mil no 2T25 e -R$ 6,5 milhões no 1T25.
[7] Lucro Líquido normalizado por efeitos não recorrentes no EBITDA e IR/CS.

Classificado como Público

FLUXO DE CAIXA

Descrição	3T26	3T25	%A/A	2T26	% T/T	9M26	9M25	% A/A
R$ milhões								
EBITDA Reportado	3.486	3.469	0,5%	3.514	-0,8%	10.281	9.884	4,0%
Capex	(978)	(974)	0,4%	(935)	4,6%	(3.267)	(3.195)	2,2%
EBITDA Reportado - Capex	**2.509**	**2.496**	**0,5%**	**2.579**	**-2,7%**	**7.015**	**6.689**	**4,9%**
Ajuste valor justo I-Systems	207	-	n.a.	56	267,6%	263	-	n.a.
Δ Capital de Giro e Imposto de Renda	(29)	111	n.a.	(570)	-94,8%	(1.286)	(1.082)	18,9%
Pagamento de Leases*	(810)	(786)	3,1%	(823)	-1,5%	(2.421)	(2.365)	2,4%
dos quais Multas	-	(3)	n.a.	-	n.a.	(23)	(35)	-32,8%
Fluxo de Caixa Operacional Livre	**1.876**	**1.820**	**3,0%**	**1.242**	**51,0%**	**3.571**	**3.243**	**10,1%**

* Foram reconhecidos incentivos sobre o pagamento de leases em linha com as condições contratuais acordadas, reduzindo o valor desembolsado no período (+R$ 41,0 milhões no 3T26, +R$ 39,2 milhões no 2T26, +R$ 65,8 milhões no 1T26, +R$ 20,4 milhões no 3T25 e +R$ 3,8 milhões no 1T25).

Fluxo de Caixa Operacional ("FCO"): R$ 1.939 milhões no 3T26 (+11,6% A/A; +11,6% A/A nos 9M26) | Margem: 27,4% no 3T26 (+1,5 p.p. A/A)

O FCO, que corresponde ao EBITDA-AL Normalizado (-) Capex, apresentou nova expansão de dois dígitos, refletindo a capacidade da Companhia de converter evolução operacional em geração de caixa, com disciplina na alocação de investimentos. Nos 9M26, o FCO totalizou R$ 4.976 milhões, com margem de 23,9% (+1,3 p.p. A/A).

Fluxo de Caixa Operacional Livre ("FCOL"): R$ 1.876 milhões no 3T26 (3,0% A/A; 10,1% A/A nos 9M26)

O crescimento do FCOL no trimestre foi sustentado pela maior geração operacional, enquanto o capital de giro teve impacto praticamente neutro, com a pressão em contas a receber compensada pela melhora em fornecedores. Nos 9M26, o FCOL avançou 10,1% A/A, refletindo principalmente a evolução da geração operacional.

POSIÇÃO DE CAIXA

As posições de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários totalizaram R$ 5.180 milhões ao final de setembro de 2026, redução de 20,7% A/A, refletindo principalmente o desembolso pela aquisição da participação remanescente da I-Systems, a distribuição de proventos e a amortização de dívidas, incluindo a liquidação antecipada de todo o endividamento de I-Systems e V8. Na comparação trimestral, o saldo aumentou 14,3%, refletindo a geração de caixa do período.

É válido destacar ainda que o pagamento integral da TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento), que compõe a taxa Fistel, está suspenso desde 2020. O montante total registrado até 30 de setembro de 2026 foi de R$ 5,1 bilhões, sendo R$ 3,6 bilhões de principal e R$ 1,5 bilhão de juros moratórios incidentes.

Classificado como Público

DÍVIDA

PERFIL DA DÍVIDA

Emissões	Moeda	Taxa de Juros	Vencimento	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
R$ milhões						
Debêntures	BRL	IPCA + 3,9182% a.a.	06/28	721	706	1.427
BNDES Finame	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	56	231	287
BNB	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	02/28	184	77	261
Dívida Financeira Total				**961**	**1.014**	**1.975**
Licença (5G)	BRL	Selic	12/40	73	963	1.037
Dívida Total Antes do Lease				**1.035**	**1.977**	**3.012**
Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M (14,05% a.a.)	02/49	1.681	11.862	13.543
Dívida Total				**2.715**	**13.839**	**16.555**

DÍVIDA LÍQUIDA

Descrição	3T26	2T26	1T26	4T25
R$ milhões				
Dívida de Curto Prazo	961	1.109	979	926
Dívida de Longo Prazo	1.014	1.540	1.853	1.853
Dívida Financeira Total	**1.975**	**2.649**	**2.832**	**2.779**
Caixa e Equivalentes de Caixa + TVM	(5.180)	(4.530)	(5.871)	(5.885)
Derivativos Líquidos	(248)	(230)	(311)	(283)
Dívida Financeira Líquida	**(3.453)**	**(2.110)**	**(3.350)**	**(3.389)**
Licença (5G)	1.037	1.015	993	971
Dívida Líquida AL	**(2.417)**	**(1.096)**	**(2.357)**	**(2.418)**
Lease Total	13.543	13.614	13.677	13.531
Dívida Líquida Total	**11.126**	**12.518**	**11.320**	**11.112**
Dívida Líquida AL/EBITDA AL Normalizado*	**-0,22x**	**-0,10x**	**-0,22x**	**-0,23x**
Dívida Líquida Total/EBITDA Normalizado	**0,78x**	**0,89x**	**0,82x**	**0,82x**

* EBITDA 12M "após o pagamento de leases", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a leasings financeiros.

DÍVIDA LP POR VENCIMENTO

Ano	Pro-Forma	Incluindo IFRS 9, 15 e 16
R$ milhões		
2027	132	502
2028	867	2.641
2029	129	1.808
2030	129	1.511
Após 2030	720	7.378
Dívida Total	**1.977**	**13.839**

A Dívida Total pós-hedge (incluindo os derivativos líquidos no valor de R$ 248 milhões) totalizou R$ 16.307 milhões ao final de setembro de 2026, uma redução de R$ 633 milhões vs. 3T25, refletindo, principalmente a liquidação antecipada das dívidas financeiras da I-Systems e da V8 e a amortização programada de dívidas, parcialmente compensadas pelo aumento dos passivos de arrendamento. A alavancagem total (Dívida Líquida Total/EBITDA Normalizado) recuou para 0,78x, frente a 0,89x em junho de 2026.

Classificado como Público

PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Ecossistema Digital

Serviços de Segurança



Na vertical de Seguros, a Companhia avançou em sua estratégia de expansão, ampliando a comercialização para o canal de revendas e evoluindo o portfólio com novas modalidades de proteção, incluindo ofertas voltadas também a aparelhos usados. As iniciativas ampliam o alcance da operação e o mercado endereçável da vertical, criando oportunidades de monetização incremental e reforçando a estratégia de diversificação da oferta de serviços da Companhia.

Serviços de Saúde



Na vertical de Saúde, a parceria estratégica com o Cartão de TODOS entrou em uma nova fase de expansão, marcada pelo lançamento nacional do *cross-selling* nas franquias do parceiro. Desde agosto, a solução está disponível em 100% da rede de franquias, com presença nacional, habilitando a força de vendas do parceiro a comercializar ofertas TIM por meio de uma jornada integrada, simples e fluida. A iniciativa amplia os canais de aquisição da TIM e fortalece a parceria em uma relação comercial de mão dupla. Paralelamente, a comercialização do Cartão de TODOS para a base TIM mantém sua constante evolução, apoiada por novas ofertas, melhorias de jornada e otimizações nos canais digitais para ampliar a conversão.

Serviços Financeiros



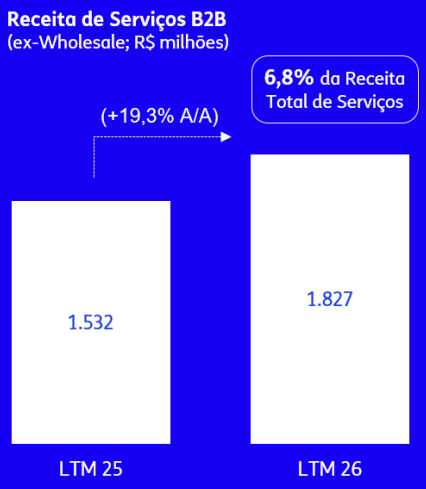
Na vertical de Serviços Financeiros, a parceria com o PicPay continuou evoluindo por meio de uma estratégia de atuação em duas frentes complementares. A primeira, voltada à promoção dos produtos e serviços financeiros do PicPay junto à base TIM, e a segunda, direcionada à comercialização do TIM Controle com PicPay dentro do ecossistema do parceiro. Ao longo do período, ambas as frentes avançaram com melhorias de jornada e iniciativas voltadas ao aumento da conversão e da experiência dos clientes.

BUSINESS-TO-BUSINESS (B2B)

Receita B2B

A receita de serviços B2B ex-Wholesale atingiu **R$ 1,8 bilhão** nos últimos 12 meses até setembro de 2026, representando 6,8% da receita total de serviços, impulsionada por Soluções Corporativas, IoT, Data Partnerships e pela consolidação da V8.TECH.

A TIM seguiu ampliando sua atuação além da conectividade, com avanços em verticais estratégicas e o lançamento do TIM Cloud AI by V8.TECH, oferta que integra infraestrutura de nuvem, dados, inteligência artificial e serviços especializados para clientes corporativos.



Nota: LTM representa "Last 12 Months" (LTM25 entre out/24 – set/25 e LTM26 entre out/25 – set/26).



Publicidade Móvel e Monetização de Dados

TIM Ads e Open Gateway seguem avançando na estratégia de diversificação de receitas da TIM. No 3T26, o volume de campanhas do TIM Ads cresceu 63% em relação ao 3T25, alcançando mais de 600 campanhas no trimestre e reforçando a evolução das iniciativas de monetização de mídia, dados e APIs da companhia. No Open Gateway, a TIM segue ampliando seu portfólio de APIs voltadas à autenticação, antifraude e identidade digital, com o lançamento da API Mobile DNA, nova solução de antifraude desenvolvida a partir da demanda de uma empresa do segmento de foodtech. A API utiliza informações de telecomunicações relevantes para apoiar a identificação de comportamentos de risco e a prevenção de fraudes, reforçando a capacidade da TIM de desenvolver soluções aderentes às necessidades do mercado. Em paralelo, o avanço das capacidades de dados e inteligência artificial amplia as possibilidades de segmentação e personalização, fortalecendo TIM Ads e Open Gateway como alavancas da estratégia de novos negócios e diversificação de receitas da companhia.

INDICADORES OPERACIONAIS

Descrição	3T26	3T25	%A/A	2T26	%T/T	9M26	9M25	% A/A
Base Móvel de Clientes ('000)	**61.584**	**62.619**	**-1,7%**	**61.879**	**-0,5%**	**61.584**	**62.619**	**-1,7%**
Pré-Pago	27.555	30.275	-9,0%	28.211	-2,3%	27.555	30.275	-9,0%
Pós-Pago	34.029	32.344	5,2%	33.668	1,1%	34.029	32.344	5,2%
Pós-Pago ex-M2M	26.420	25.378	4,1%	26.128	1,1%	26.420	25.378	4,1%
Adições Líquidas Base Móvel ('000)	**(295)**	**426**	**n.a.**	**(108)**	**174,4%**	**(390)**	**561**	**n.a.**
Adições Líquidas Pós-Pago ex-M2M ('000)	292	414	-29,5%	247	18,1%	726	1.140	-36,3%
ARPU Móvel (R$)	**34,8**	**33,1**	**5,0%**	**34,3**	**1,5%**	**34,3**	**32,6**	**5,3%**
Pré-Pago	15,2	14,6	4,5%	14,4	5,6%	14,6	14,2	2,4%
Pós-Pago	43,3	44,1	-1,8%	43,8	-1,1%	43,6	44,1	-1,1%
Pós-Pago ex-M2M	55,4	55,5	-0,3%	55,7	-0,5%	55,4	55,1	0,6%
Churn Mensal (%)	**3,1%**	**2,8%**	**0,3p.p.**	**3,0%**	**0,1p.p.**	**3,0%**	**2,9%**	**0,2p.p.**
Pós-Pago ex-M2M	0,8%	0,8%	-	0,9%	-0,1p.p.	0,9%	0,8%	0,1p.p.
Market share	**21,9%**	**23,4%**	**-1,4p.p.**	**22,4%**	**-0,4p.p.**	**21,9%**	**23,4%**	**-1,4p.p.**
Pré-Pago	30,0%	31,4%	-1,4p.p.	30,5%	-0,3p.p.	30,0%	31,4%	-1,4p.p.
Pós-Pago	17,9%	18,7%	-0,8p.p.	18,3%	-0,3p.p.	17,9%	18,7%	-0,8p.p.
Pós-Pago ex-M2M	20,4%	21,1%	-0,7p.p.	20,7%	-0,2p.p.	20,4%	21,1%	-0,7p.p.
Base de Clientes TIM Ultrafibra ('000)	**931**	**823**	**13,2%**	**899**	**3,5%**	**931**	**823**	**13,2%**
FTTH	929	808	14,9%	896	3,6%	929	808	14,9%
ARPU TIM Ultrafibra (R$)	**94,1**	**94,7**	**-0,6%**	**93,3**	**0,8%**	**93,9**	**94,5**	**-0,6%**

Classificado como Público

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em seu Guidance mais recente (clique aqui), a TIM S.A. planeja distribuir R$ 5,3 – 5,5 bilhões em 2026, refletindo o aumento da remuneração nos últimos anos e, para o longo prazo, projeta uma expansão do retorno aos acionistas em linha com o crescimento do fluxo de caixa. Nos 9M26, a Companhia anunciou R$ 1.305 milhões em Juros sobre Capital Próprio (R$ 390 milhões no 1T26, R$ 400 milhões no 2T26 e R$ 515 milhões no 3T26), dos quais foram pagos R$ 790 milhões, e recomprou R$ 252 milhões em ações no mês de setembro, totalizando R$ 1.557 milhões em remuneração ao acionista.



Descrição	2023	2024	2025	9M26
Remuneração Total ao Acionista - RTA	6,7%	10,0%	9,3%	3,0%
Payout (RTA / Lucro Líquido Normalizado)	108%	111%	109%	52%

* Incluindo Dividendos, Juros sobre Capital Próprio anunciados e recompra de ações executadas.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da TIM S.A. são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o ticker TIMS3, e seus ADRs são negociados na New York Stock Exchange ("NYSE"), sob o ticker TIMB.

Descrição	3T26	2025	% A/A
Cotação TIMS3 (R$)*	18,33	21,34	-14,1%
Cotação TIMB (US$)*	17,85	19,51	-8,5%
Quantidade de ações em circulação	2.378.925.889	2.392.125.889	-0,6%
Quantidade de ações em tesouraria	2.150.335	3.457.567	-37,8%
Lucro por Ação (LPA)	0,47	1,82	-74,2%
Preço / Lucro (P/E)	39,2	11,8	231,9%

* Fonte: Site de Relações com Investidores da TIM S.A.: Ações

Classificado como Público

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Destaques ESG do 3T26

- O **Grupo TIM** publicou, em agosto, seu **Plano de Transição Climática**, documento que consolida a **estratégia** do Grupo para a **descarbonização** de suas **operações** e **cadeia de valor**, com o compromisso de alcançar a **neutralidade climática** (net zero) **até 2050**.

- A TIM segue como a **única operadora de telecomunicações** na **carteira do IDIVERSA B3** ao integrar o índice pelo **quarto ano consecutivo**. Criado para reconhecer companhias com representatividade de gênero e raça em diferentes níveis hierárquicos, o indicador considera a presença desses grupos nas empresas em comparação com sua participação na população brasileira. A carteira anunciada reúne 85 empresas, representadas por 88 ativos.

- Pelo **4º ano consecutivo**, a TIM foi reconhecida como uma das **Melhores Empresas para Trabalhar pelo Great Place to Work Brasil (GPTW)**, fazendo parte do **Top 20** das grandes empresas no ranking nacional. O reconhecimento reforça o alto **engajamento do time** e a força da **cultura da Companhia**, além de destacar seu modelo de gestão de pessoas.

- Como parte do projeto **TIM+Diversa** e em celebração ao **Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência** (21/9), a TIM anunciou uma nova frente de desenvolvimento voltada aos **colaboradores com deficiência** que atuam nas lojas, no call center e nos escritórios. A iniciativa reúne formação em temas atuais do mercado – como **inteligência artificial** e **tecnologia** – e **habilidades comportamentais**, com ações de apoio à trajetória profissional, incluindo workshops, coaching e mentoria.

- Em parceria com a **CPFL Energia**, a TIM implantará a **maior rede privativa** de comunicação do **setor elétrico** brasileiro. Com investimento de R$ 60 milhões na digitalização da rede de **50 municípios**, o projeto conectará **65 subestações** e **2.500 equipamentos inteligentes**, monitorados e comandados em tempo real pelos Centros de Operações Integrado (COI) de São Paulo e Rio Grande do Sul. Utilizando a faixa de 450 MHz para a conectividade das operações críticas, a solução ampliará a eficiência e a confiabilidade do sistema para cerca de **980 mil clientes**.

- A TIM implantará **cobertura 4G ininterrupta** em **870,3 km** de **cinco rodovias** de **Mato Grosso do Sul**. O projeto, realizado em conjunto com a **Caminhos da Celulose**, ampliará a conectividade em **22 municípios** e **37 distritos**, beneficiando 26 escolas públicas, oito unidades de saúde e mais de **6,3 mil propriedades rurais**. A iniciativa também dará suporte à operação da concessão, aos sistemas inteligentes de transporte e aos serviços prestados aos usuários.

- Em linha com o compromisso de aumentar sua **eficiência energética**, a TIM terminou o 3º trimestre com **136 usinas** do projeto **Geração Distribuída (GD)** em operação. Com predominância de plantas solares (119), além de 12 hidroelétricas, duas de biogás e três de gás natural, a GD é responsável por cerca de **66% da energia utilizada** pela Companhia. Além disso, **100%** da energia elétrica adquirida pela TIM é oriunda de **fontes renováveis** (com aquisição de I-RECs).

- A TIM encerrou o 3º TRI com **1.890 biosites** ativos em sua rede. Essas estruturas, similares a um poste comum, são uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com **baixíssimo impacto visual** e **urbanístico**, **menor custo** e **rápida instalação**. Há mais de **dez anos**, TIM leva a tecnologia dos biosites para todas as regiões do Brasil, investindo em modelos cada vez **mais modernos** e **sustentáveis**.

Para acessar o informe trimestral de ESG, acesse: Relatórios ESG no site de Relações com Investidores da TIM S.A.

Classificado como Público

AVISO LEGAL

As informações financeiras e operacionais consolidadas, divulgadas neste documento, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards) e em Reais (R$), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76. As comparações referem-se ao terceiro trimestre ("3T26") e aos nove primeiros meses de 2026 ("9M26"), exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Estas não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Companhia. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "visa", bem como palavras similares, têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem, necessariamente, riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

Classificado como Público

1. Contexto operacional

1.1. Estrutura societária

A TIM S.A. ("TIM" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detém 67,82 % do capital social da TIM S.A. em 30 de setembro de 2026 (67,48 % em 31 de dezembro de 2025). Em 1º de outubro de 2026, a Poste Italiane finalizou aquisições de ações ordinárias da Telecom Italia, passando a deter um total de 1.857.060.167 ações da Telecom Italia, correspondentes a aproximadamente 86,952% do capital social da Telecom Italia. Como resultado da transação, a Poste Italiane passou a exercer o controle da Telecom Italia e, consequentemente, tornou-se a controladora indireta da Companhia.

A Companhia detém autorização para o Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Adicionalmente, a TIM possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em 30 de setembro de 2026, a TIM detém 100% do capital social da V8.Tech Consulting S.A. ("V8.Tech") e 100% do capital social da I-Systems Soluções de Infraestrutura S.A. ("I-Systems"), sendo detido 49% em 31 de dezembro de 2025, quando era classificada como coligada, ambas controladas integralmente pela Companhia.

1.2. Combinação de negócios (IFRS 3/CPC 15 (R1))

1.2.1. Aquisição da I-Systems

1.2.1.1 Descrição da transação

Em 11 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição dos 51% remanescentes do capital social da I-Systems, empresa especializada em infraestrutura de fibra óptica e rede neutra. Até essa data, a Companhia detinha, sem controlar, 49% do capital social da adquirida e, com a conclusão da operação, passou a deter controle, adquirindo 100% do seu capital social, reforçando a estratégia da Companhia voltada à banda larga. Após o cumprimento das condições precedentes e das aprovações regulatórias aplicáveis, a transação foi concluída em 6 de maio de 2026, data em que a Companhia passou a exercer o controle da adquirida.

1.2.1.2 Contraprestação transferida

A contraprestação líquida paga em caixa pela aquisição dos 51% remanescentes foi de R$946.800. Na data da aquisição, a Companhia efetuou pagamento de R$947.106 pela aquisição dos 51% remanescentes da I-Systems. Posteriormente, foi reconhecido ajuste de preço de R$306 da contraparte (já recebidos), resultando em contraprestação transferida de R$946.800 para fins da contabilização da combinação de negócios. A avaliação encontra-se em fase de preparação e revisão conforme laudo de alocação de preço de compra ("*Price purchase allocation*").

Classificado como Público

Como a Companhia já detinha participação correspondente a 49% do capital social da I-Systems antes da obtenção do controle, a mensuração da combinação de negócios considerou, adicionalmente, em decorrência da aquisição em etapas, o valor justo da participação anterior, que foi remensurada ao valor justo de R$909.669, conforme demonstrado abaixo:

Mensuração da combinação de negócios	
Contraprestação transferida pela aquisição dos 51% remanescentes	947.106
Ajuste valor recebido referente a venda	(306)
	946.800
Valor justo da participação anterior	909.669
Montante considerado na combinação de negócios	1.856.469

Aquisição da I-Systems, líquida do caixa adquirido	
Pagamento em aquisição da I-Systems	946.800
Caixa adquirido	(29.679)
Pagamento em aquisição da I-Systems, líquido do caixa adquirido	917.121

Em razão da obtenção do controle, a participação anteriormente detida foi remensurada a valor justo na data da aquisição, em conformidade com o CPC 15 (R1) / IFRS 3. O valor encontrado pela remensuração dos 49% anteriormente detidos foi comparado ao investimento contábil em 30 de abril de 2026 e a diferença foi reconhecida como perda de R$ 263.321 no resultado do período, no grupo de outras receitas/(despesas) operacionais (vide nota 29). Em função de tal perda reconhecida, houve o impacto tributário de R$90.339 (vide na nota 8.c).

1.2.1.3 Ativos adquiridos e passivos assumidos

A Administração utilizou as informações financeiras disponíveis em 30 de abril de 2026 como base para a mensuração preliminar dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da I-Systems na aquisição concluída em 6 de maio de 2026. A avaliação encontra-se em fase de preparação e revisão conforme laudo de alocação de preço de compra ("*Price purchase allocation*"). Esses valores poderão ser ajustados à medida que novas informações sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição se tornem disponíveis, observado o prazo máximo de 12 meses contados da data da aquisição.

Abaixo estão sumarizados os ativos adquiridos e passivos assumidos relacionados à aquisição da I-Systems (ativos líquidos) pela Companhia em 30 de abril de 2026, considerando as análises preliminares até a presente data:

Classificado como Público

Ativos	**Valores reconhecidos na aquisição**
Caixa e equivalentes de caixa	29.679
Títulos e valores mobiliários	82.392
Contas a receber de clientes	14.081
Impostos a recuperar	17.195
Despesas antecipadas	32.486
Depósitos judiciais	5.556
Outros ativos	9.492
Imobilizado (i)	1.666.755
Intangível (ii)	178.200
Total de ativos	2.035.836
Passivos	
Fornecedores	88.313
Empréstimos e financiamentos	565.597
Obrigações trabalhistas	13.724
Impostos a recolher	36.500
Receitas diferidas	57.524
Provisão para contingências	7.068
Total de passivos	768.726
Total dos ativos identificáveis líquidos	**1.267.110**

(i) Inclui a mais valia sobre ativos tangíveis identificados na combinação de negócios no montante de R$152.029. A avaliação a valor justo foi baseada em avaliações de tais ativos pela Administração da Companhia.

(ii) Inclui a mais valia de ativos intangíveis identificados na combinação de negócios, de R$ 21.639 relacionado a lista de clientes e de R$112.973 de rede de infraestrutura totalizando R$134.612. A avaliação foi baseada na metodologia *Income Approach – Multi-Period Excess Earnings Method (MPEEM).*

Em razão da natureza *intercompany* das receitas da I-Systems, substancialmente realizadas com a TIM e eliminadas na consolidação, os montantes de receita da adquirida não produziram efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas, tanto no período compreendido entre a data da aquisição e 30 de setembro de 2026 quanto considerando-se que a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2026.

1.2.1.4 Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*)

Classificado como Público

O ágio provisório decorrente da aquisição foi apurado conforme segue:

Contraprestação transferida	946.800
Valor justo da participação previamente detida	909.669
Total considerado na combinação de negócios	1.856.469
(-) Ativos contábeis líquidos da I-Systems em 30 de abril de 2026	(980.469)
(-) Mais valia de ativos intangíveis	(134.612)
(-) Mais valia ativo fixo	(152.029)
Goodwill provisório reconhecido	589.359

O ágio foi reconhecido provisoriamente, decorre principalmente das sinergias operacionais esperadas com os negócios existentes do Grupo, do fortalecimento da atuação da TIM em infraestrutura de telecomunicações e da obtenção do controle integral da I-Systems. O ágio é alocado a nível consolidado visto que os ativos adquiridos e passivos assumidos trazem benefícios ao negócio como um todo. Para fins fiscais, o ágio apurado nesta combinação de negócios será parcialmente dedutível, no montante de R$300.573, atrelado ao valor pago pela participação readquirida pela TIM de 51%.

1.2.2 Aquisição V8 Tech

1.2.2.1 Descrição da transação

Em 26 de novembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição de 100% do capital social da V8 Consulting S.A. (“V8.Tech” ou “adquirida”), empresa de tecnologia fundada em 2014, especializada na integração de soluções digitais e prestação de serviços gerenciados, com previsão de pagamentos adicionais variáveis (*earn-outs*). A operação, alinhada à estratégia da TIM de fortalecimento do segmento B2B, esteve condicionada ao cumprimento de condições precedentes, incluindo a aprovação pelo CADE em 19 de dezembro de 2025, e o cumprimento de outras condições. O fechamento da aquisição pela TIM ocorreu em 30 de janeiro de 2026, data a partir da qual a Companhia passou a deter o controle da adquirida.

1.2.2.2 Contraprestação transferida

A contraprestação transferida pela aquisição foi composta conforme demonstrado abaixo:

Componentes da contraprestação	
Valor pago em caixa na aquisição(i)	99.735
Contraprestação contingente – *earn-out* (ii)	39.106
Total da contraprestação transferida	138.841

(i) Após a conclusão dos ajustes usuais do preço da transação, foi definido o pagamento inicial de R$99.735 na data do fechamento, dos quais R$ 9.719 foram retidos ajustes futuros de preço. Assim, o valor efetivamente pago em caixa na data da aquisição totalizou aproximadamente R$ 90.016, sendo o valor retido de R$ 9.719 integralmente liquidado posteriormente, em abril de 2026, atualizado monetariamente para R$ 9.946 (totalizando R$99.961 na data dos efetivos pagamentos).

Classificado como Público

(ii) O contrato de aquisição prevê pagamentos complementares variáveis (*earn-outs*), condicionados ao atingimento de metas previamente definidas até 2030. Na data da aquisição, a contraprestação contingente foi mensurada a valor justo, de acordo com o CPC 15 / IFRS 3, no montante de R$ 39.106, valor este incluído na contraprestação total reconhecida mensurada. A contraprestação contingente foi classificada como instrumento financeiro e registrada como "Outros passivos e provisões".

1.2.2.3 Ativos adquiridos e passivos assumidos

A Administração utilizou o balanço de 31 de janeiro de 2026, como base para a transação, o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da V8.Tech, na data da aquisição pela TIM S.A. encontra-se em fase preparação e finalização conforme laudo de alocação de preço de compra ("*Price purchase allocation*") e poderá ser alterado até a conclusão final que poderá ocorrer até 12 meses da data de aquisição, nesta data a análise preliminar indica ativos e passivos apresentados a seguir:

Ativos	**Valor justo reconhecido na aquisição**
Caixa e equivalentes de caixa	47.288
Contas a receber de clientes	61.468
Impostos a recuperar	9.288
Despesas antecipadas	16.330
Depósitos judiciais	1.914
Outros	130
Imobilizado	12.675
Intangível (i)	37.367
	186.460
Passivos	
Fornecedores	13.496
Empréstimos e financiamentos	66.280
Passivos de arrendamento	2.089
Obrigações trabalhistas	7.376
Impostos a recolher	5.228
Imposto de renda e contribuição social diferidos (ii)	8.414
Receitas diferidas	48.936
Outros passivos	2.173
	153.992
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	32.468

(i) Inclui principalmente ativos intangíveis identificados na combinação de negócios – Relacionamento com clientes.

Como parte da alocação preliminar do preço de aquisição, foi identificado e reconhecido separadamente do ágio o ativo intangível relacionamento com clientes, no montante de R$ 30.551. A sua avaliação foi baseada em premissas e projeções adotadas pela Administração da Companhia no *Business Enterprise Valuation* (BEV – Avaliação de Empresas) da V8.Tech, com vida útil remanescente estimada em 12,92 anos, o qual foi utilizado para a definição do preço de compra da Transação.

Classificado como Público

(ii) Representa principalmente o passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituído em decorrência do reconhecimento do ativo intangível de relacionamento com clientes a valor justo na data da aquisição, calculado com base nas alíquotas vigentes, no montante de R$10.387.

Abaixo estão sumarizados os ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo relacionados à aquisição da V8.Tech (ativos líquidos) pela TIM na data da aquisição, bem como os impactos sobre os resultados consolidados da Companhia.

Ativos líquidos da V8.Tech em 31 de janeiro de 2026	12.304
Mais valia – Relacionamento com clientes	30.551
Passivo diferido sobre mais valia - Relacionamento com clientes	(10.387)
Ativos identificáveis líquidos a valor justo	32.468
Contribuição para o Grupo de receita líquida desde a data de aquisição	159.987

1.2.2.4 Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*)

O ágio decorrente da aquisição foi apurado conforme segue:

Contraprestação transferida	138.841
(-) Ativos contábeis líquidos da V8.Tech em 31 de janeiro de 2026	(12.304)
(-) Mais valia - Relacionamento com clientes	(30.551)
Passivo diferido sobre mais valia - relacionamento com clientes	10.387
Ágio reconhecido	106.373

O ágio reconhecido, decorre principalmente das sinergias operacionais esperadas com os negócios existentes do Grupo, da expansão da base de clientes e do portfólio de soluções B2B, bem como da força de trabalho especializada e do conhecimento técnico da adquirida. O ágio é alocado a nível consolidado visto que os ativos adquiridos e passivos assumidos trazem benefícios ao negócio como um todo.

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais individuais e consolidadas

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

Classificado como Público

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no não circulante.

Em conexão com a preparação dessas informações trimestrais, a Administração concluiu que não existem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia. Portanto, as informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Os juros pagos de empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R$), que também é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia da Companhia é focada na otimização dos resultados. Apesar de haver atividades operacionais diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia e suas controladas representam apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

Classificado como Público

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

A base de consolidação da Companhia em 30 de setembro de 2026 inclui as controladas integrais V8.Tech e I-Systems (100% de participação), adquiridas em 30 de janeiro e 06 de maio de 2026, respectivamente.

e. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos) mensurados a valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho em compra vantajosa na demonstração do resultado, na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Classificado como Público

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Em 30 de setembro de 2026, a Administração avaliou a existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável dos ativos e concluiu que não há evidências que justifiquem o reconhecimento de provisão para *impairment* nessa data.

f. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 9 de novembro de 2026.

g. Novas normas, alterações e interpretações de normas

g.1 As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para o período findo em 30 de setembro de 2026.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board (IASB*) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement* of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

• Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.

• Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.

• Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.

• Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia avaliou e não identificou impacto nas suas informações trimestrais.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Classificado como Público

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada.

A Companhia avaliou e não identificou impacto nas suas informações trimestrais.

g.2 As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o período findo em 30 de setembro de 2026. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

IFRS 18 (equivalente ao CPC 51): Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício ("DRE"), incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. Essa reestruturação implica na realocação de itens anteriormente apresentados como resultado financeiro, conforme as novas definições.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O ágio (*goodwil*l) passará a ser apresentado separadamente nas demonstrações financeiras, de acordo com os novos requisitos de apresentação introduzidos pela IFRS18. E há exigências adicionais quanto a agregação/desagregação de saldos conforme natureza para as demonstrações financeiras como um todo.

Em síntese, os efeitos esperados na Companhia concentram-se na apresentação e transparência das informações, sem impacto no lucro líquido ou no patrimônio, mas com necessidade de adequação das notas explicativas e dos sistemas internos para classificação das transações conforme as novas categorias.

Classificado como Público

A IFRS 18 é aplicável aos exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. A norma deverá ser aplicada retrospectivamente, com a reapresentação das informações comparativas. A Companhia encontra-se em processo de avaliação e implementação dos requisitos da norma, incluindo seus impactos na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e as adequações necessárias em sistemas e processos internos.

Nova norma IFRS 20 – Ativos e Passivos Regulatórios

Em maio de 2026, o IASB emitiu a IFRS 20 *Rate-regulated Activities*, que estabelece os requisitos para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de ativos regulatórios, passivos regulatórios, receitas regulatórias e despesas regulatórias relacionados a atividades sujeitas à regulação tarifária. A norma introduz requisitos que resultarão em informações complementares àquelas que uma entidade já divulga ao aplicar a norma contábil internacional, como a IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* e substituirá o IFRS 14 Regulatory Deferral Accounts.

A IFRS 20 entra em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2029, sendo permitida a adoção antecipada.

A Administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. Considerando a natureza atual das operações da Companhia e o ambiente regulatório aplicável ao setor de telecomunicações no Brasil, não se espera, preliminarmente, impacto relevante decorrente da adoção da IFRS 20. Contudo, a avaliação dos efeitos contábeis e das divulgações requeridas encontra-se em andamento.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, com base na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das informações trimestrais.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Provisão para processos judiciais e administrativos tributários

Os processos judiciais e administrativos tributários são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 23).

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 36).

(c) Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas

Classificado como Público

receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(d) Arrendamentos

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 17), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 1º de janeiro de 2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

(e) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Os ativos adquiridos e passivos assumidos são avaliados pelos respectivos valores justos. Essa avaliação envolve a utilização de estimativas e premissas que incluem julgamento por parte da administração. Para maiores informações vide notas 1.2. e 2.e.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou mensurados ao valor justo por meio do resultado, respectivamente.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Caixa e bancos	36.756	85.873	79.088
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:			
CDB/Compromissadas	3.037.650	3.524.451	3.136.845
	3.074.406	3.610.324	3.215.933

Classificado como Público

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, o que lhes confere alta liquidez, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), não possui risco de perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média no período findo em 30 de setembro de 2026 referente às aplicações financeiras de livre disponibilidade foi de 100,68 % a.a. na Controladora (100,49 % em 31 de dezembro de 2025) e 100,48% a.a. no Consolidado, da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
FUNCINE [(i)]	30.138	26.339	30.138
Fundo Soberano [(ii)]	119	1.518	119
FIC: [(iii)]			
Títulos Públicos [(a)]	1.213.734	1.609.536	1.213.734
CDB [(b)]	303	3.583	303
Letra Financeira [(c)]	374.864	343.824	374.864
Outros [(d)]	374.818	315.855	374.818
	1.993.976	2.300.655	1.993.976
Parcela circulante	(1.963.838)	(2.274.316)	(1.963.838)
Parcela não circulante	30.138	26.339	30.138

(i) Desde 2017, a Companhia, com o objetivo de apoiar a Indústria Cinematográfica Nacional, bem como, de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média no período findo em 30 de setembro de 2026 foi de 0,34% a.a. (0,17% a.a em 31 de dezembro de 2025).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média no período findo em 30 de setembro de 2026 foi de 99,09% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,30% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

(iii) A Companhia e suas controladas investem em FIC's exclusivos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras majoritariamente AAA (mais alta qualidade). A remuneração média no período findo em 30 de setembro de 2026, dos FIC's foi de 101,74% a.a. (101,99% a.a. em 31 de dezembro de 2025) na controladora e 101,70% no consolidado, da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI

(a) Títulos públicos federais são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(b) Os CDBs são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(c) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras.

Classificado como Público

(d) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

6. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços *("unbilled").* As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada ("*impairment*").

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Valores com previsão de recebimento superior a 12 meses estão classificados no longo prazo.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,58 % a.m. (0,58 % a.m. em 31 de dezembro de 2025).

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Contas a receber de clientes	5.208.261	5.039.083	5.279.176
Contas a receber bruta	5.966.631	5.741.906	6.038.204
Serviços faturados	2.959.062	2.695.504	2.987.809
Serviços a faturar ("*unbilled*")	1.627.386	1.418.994	1.666.183
Uso de rede	816.441	997.297	820.470
Venda de mercadorias	542.858	603.882	542.858
Ativo contratual (nota 22)	20.553	25.898	20.553
Outras contas a receber	331	331	331
Provisão para perdas de crédito esperadas	(758.370)	(702.823)	(759.028)
Parcela circulante	(4.834.974)	(4.901.777)	(4.897.912)
Parcela não circulante	373.287	137.306	381.264

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

Classificado como Público

	Controladora		Consolidado
	09/2026	**12/2025**	**09/2026**
	(9 meses)	(12 meses)	(9 meses)
Saldo inicial	702.823	670.569	702.823
Saldo de companhia adquirida (nota 1.2)	-	-	746
Constituição de provisão	739.047	765.783	738.446
Baixas de Provisão	(683.500)	(733.529)	(682.987)
Saldo Final	758.370	702.823	759.028

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Controladora		Consolidado
	09/2026	**12/2025**	**09/2026**
Total	5.966.631	5.741.906	6.038.204
A vencer	4.301.803	4.239.134	4.370.990
Vencidos até 30 dias	457.246	428.654	457.509
Vencidos até 60 dias	178.412	139.462	179.312
Vencidos até 90 dias	140.984	127.781	141.139
Vencidos até 120 dias	139.706	121.913	139.866
Vencidos há mais de 120 dias	748.480	684.962	749.388

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	Controladora		Consolidado
	09/2026	**12/2025**	**09/2026**
Total Estoques	462.423	357.204	462.423
Estoques	485.698	376.768	485.698
Aparelhos celulares e tablets	350.076	269.596	350.076
Acessórios e cartões pré-pagos	113.200	88.601	113.200
TIM chips	22.422	18.571	22.422
Perdas para ajuste ao valor de realização	(23.275)	(19.564)	(23.275)

Classificado como Público

8. Imposto de renda e contribuição social

8.a Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	311.657	327.184	312.300
Imposto de renda	238.469	256.914	238.899
Contribuição social	73.188	70.270	73.401
Parcela circulante	(10.559)	(68.769)	(11.202)
Parcela não circulante	301.098	258.415	301.098

Em 2025, a Companhia reconheceu créditos de IRPJ no montante de R$ 81 milhões, decorrentes do êxito em ação judicial que discutia a limitação no cálculo de incentivos fiscais, sendo o montante de R$ 75 milhões compensados até 30 de setembro de 2026. Adicionalmente, em decorrência dessa decisão, foi realizada a recomposição da base de prejuízo fiscal no montante de R$ 224 milhões, a qual foi integralmente utilizada em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia possui saldos a compensar de IRPJ e CSLL no montante de R$ 229 milhões em 30 de setembro de 2026 (R$ 220 milhões em 31 de dezembro de 2025) decorrentes de pagamento a maior de períodos anteriores cujos processos de restituição estão em andamento.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2026, Companhia realizou antecipação por meio de depósitos no Banco do Nordeste, no montante de R$ 64 milhões (R$ 31 milhões em 31 de dezembro de 2025), com objetivo de utilizar o incentivo fiscal de reinvestimento, que destina parcela do IRPJ devido a depósito vinculado, nos termos do art. 668 do RIR/2018.

8.b Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2026 e 2025, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

Classificado como Público

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Imposto de renda e contribuição social a recolher	204.178	181.497	204.178
Imposto de renda	118.914	76.518	118.914
Contribuição social	85.264	104.979	85.264
Parcela circulante	(165.903)	(162.102)	(165.903)
Parcela não circulante	38.275	19.395	38.275

8.c Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados, quando aplicável; e (2) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob o histórico de lucratividade e/ou quando fundamentado nas projeções anualmente preparadas pela Companhia.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Classificado como Público

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	-	-	2.535
Diferenças temporárias:			
Provisão para processos judiciais e administrativos	501.331	515.324	501.331
Provisão para perdas de crédito esperadas	256.581	236.537	256.805
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	1.731.532	1.553.124	1.731.532
Instrumentos financeiros derivativos	(110.751)	(118.647)	(110.843)
Juros capitalizados 4G e 5G	(185.197)	(211.522)	(185.197)
Ajustes norma IFRS16 (ii)	950.608	826.882	950.287
Depreciação acelerada (iii)	(1.046.864)	(1.035.883)	(1.046.864)
Ajuste ao valor justo I–Systems (antiga FiberCo) (iv)	(159.138)	(249.477)	(159.138)
Perda por redução ao valor recuperável (v)	144.673	192.507	144.673
Ágio amortizado – Cozani	(661.859)	(544.596)	(661.859)
Outros ativos	229.725	273.245	231.060
Outros passivos	(70.158)	(81.890)	(80.325)
	1.580.483	1.355.604	1.573.997
Total parcela imposto ativo diferido	3.814.450	3.597.619	3.818.223
Total parcela imposto passivo diferido	(2.233.967)	(2.242.015)	(2.244.226)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo, líquido	1.580.483	1.355.604	1.580.483
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo, líquido	-	-	(6.486)

(i) Representada, principalmente, pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 a 2026 da TIM S.A. e TFF referente ao exercício 2022 da Cozani. O TFF relativo aos exercícios de 2020 a 2026 da TIM S.A. e o TFF relativo ao exercício de 2022 da Cozani tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 21.

(ii) Representa o efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos nos contratos de arrendamento. A diferença temporária dos contratos de IFRS16 se dá em função da diferença do momento do reconhecimento da despesa contábil (juros e depreciação) e fiscal (contraprestação de serviço), nos termos da legislação vigente. A amortização se dá de forma linear conforme realização do contrato ao longo do tempo.

(iii) Desde o 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017.

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o ajuste a valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda da Fiber Co (atualmente I-Systems), ocorrida em novembro de 2021, da TIM S.A. para a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. A redução refere-se principalmente aos impactos tributários relacionados à perda apurada na reavaliação do valor justo dos 49% de participação minoritária detida até a aquisição do controle da I-Systems. Para detalhes vide nota 1.2.

(v) Representa o diferido constituído referente ao *impairment* de ativos tangíveis reconhecido pela Cozani antes de sua aquisição em abril de 2022, que vem sendo depreciado ao longo da vida útil estimada do ativo.

Classificado como Público

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de suas diferenças temporárias.

8.d Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Controladora		Consolidado
	09/2026	**09/2025**	**09/2026**
Imposto de renda e contribuição social correntes			
Imposto de renda do período	(708.084)	(497.766)	(708.084)
Contribuição social do período	(262.790)	(196.475)	(262.790)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	344.037	326.132	344.037
	(626.837)	(368.109)	(626.837)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			
Imposto de renda diferido	165.352	183.548	166.770
Contribuição social diferida	59.527	70.445	60.037
	224.879	253.993	226.807
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	-	6.669	-
	224.879	260.662	226.807
	(401.958)	(107.447)	(400.030)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	09/2026	**09/2025**	**09/2026**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.179.367	3.088.161	3.177.439
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.080.985)	(1.049.975)	(1.080.329)
(Adições) / exclusões:			
Resultado de equivalência patrimonial	(66.423)	(26.521)	(29.749)
Adições, exclusões permanentes:			
Receitas não tributáveis	34.551	29.777	34.551
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(14.940)	(19.594)	(14.940)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	344.037	326.132	344.037
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	443.700	608.600	443.700
Diferença temporária com natureza permanente	(74.717)	-	(74.717)
Outros valores	12.819	24.134	(22.583)
	679.027	942.528	680.299
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	(401.958)	(107.447)	(400.030)
Alíquota efetiva	12,64%	3,48%	12,59%

Classificado como Público

(i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A Companhia possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

A Companhia considerou as alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE"). Para o exercício de 2025, a Companhia não identificou impactos significativos decorrentes dessas alterações. Para o exercício de 2026, a Companhia está realizando as análises para verificação de possíveis impactos.

9. Impostos, taxas e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	2.121.266	2.050.592	2.165.805
ICMS (i)	1.277.782	1.255.059	1.308.326
PIS / COFINS (ii)	621.577	556.036	625.869
IRRF sobre aplicações financeiras	21.777	30.019	26.969
ISS a recuperar (iii)	109.314	109.314	109.314
Outros	90.816	100.164	95.327
Parcela circulante	(1.131.020)	(1.138.888)	(1.168.827)
Parcela não circulante	990.246	911.704	996.978

(i) Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(a) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(b) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips, tablets e modems* comercializados pela TIM.

(ii) O saldo atual é majoritariamente composto por créditos gerados no regime de tributação não cumulativo.

(iii) O ISS a recuperar é oriundo de recolhimento a maior, a Companhia ingressou com pedido de restituição administrativo junto ao ente, em consonância com a legislação vigente.

Classificado como Público

10. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Despesas Antecipadas	922.580	669.609	929.729
Fistel (i)	83.556	-	83.556
Propagandas não veiculadas (ii)	94.256	11.814	94.256
Aluguéis e seguros	90.440	89.791	90.583
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (iii)	249.018	215.250	249.018
Despesas antecipadas contratuais (iv)	379.300	324.561	325.156
Outros	26.010	28.193	87.160
Parcela circulante	(541.808)	(329.362)	(546.478)
Parcela não circulante	380.772	340.247	383.251

(i) A taxa Fistel é apropriada de forma linear, mensalmente ao resultado. Em 31 de dezembro de 2026, a Companhia espera que o saldo esteja integralmente apropriado.

(ii) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(iii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

(iv) Representam principalmente os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato.

11. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Depósitos judiciais	670.875	677.150	678.788
Cível e Regulatório	263.381	262.019	265.057
Trabalhista	53.245	58.532	53.368
Tributário	259.871	254.927	265.985
Penhora Online (i)	94.378	101.672	94.378

Classificado como Público

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível e Regulatório

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se às ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais no valor total atualizado estimado de R$ 259.871 (R$ 254.927 em 31 de dezembro de 2025) na controladora e R$265.985 no consolidado, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

(a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 45.740 (R$44.920 em 31 de dezembro de 2025).

(b) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 32.380 (R$ 30.457 em 31 de dezembro de 2025).

(c) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 14.747 (R$ 13.990 em 31 de dezembro de 2025).

(d) Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 78.770 (R$ 75.553 em 31 de dezembro de 2025).

(e) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 50.885 (R$ 46.512 em 31 de dezembro de 2025).

(f) Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à Companhia. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 18.108 (R$ 16.978 em 31 de dezembro de 2025).

Classificado como Público

12. Ativos financeiros

	Controladora	
	09/2026	**12/2025**
Ativos financeiros	514.672	514.109
Fundo 5G (i)	329.613	338.792
Bônus de subscrição (ii)	185.059	175.317
Parcela não circulante	514.672	514.109

São reconhecidos pelo seu valor justo na data de aquisição ou emissão. Tais ativos financeiros, subsequentemente, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidas no resultado quando incorridos, na linha de resultado financeiro. A Companhia deve divulgar a classificação de nível de cada instrumento financeiro. Para detalhes destas informações vide nota 36 no trecho sobre Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

(i) Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou aportes em dólares, equivalentes a aproximadamente R$ 270 milhões, no fundo de investimentos focado em soluções 5G "Upload Ventures Growth" ("Fundo 5G"), reforçando seu compromisso com o desenvolvimento de soluções baseadas em tecnologia 5G e, dessa maneira, completando os aportes previstos. Não houve novos aportes em 2026.

(ii) Em abril de 2022 a Companhia entrou em uma parceria junto a EXA Serviços de Tecnologia ("EXA") para fornecimento de serviços digitais e entretenimento para a base cliente. Essa parceria previa também pagamentos de comissão pela EXA à TIM em função dos clientes da TIM que adquirirem serviços dessa parceria assim como o direito da TIM em subscrever ações mediante o pagamento de uma contraprestação.

Ao final de 2024 o contrato com novos termos da parceria foi finalizado e a TIM adquiriu o direito de subscrever 27% das ações da EXA através de uma contraprestação de R$ 174 milhões. O valor do ativo financeiro está registrado a valor justo por R$185 milhões e representa 27% do valor justo do direito a participação da TIM na EXA. A contar da data de 30 de setembro de 2026, esse direito poderá ser exercido nos próximos 3 meses mediante a realização de condições de exercício e aprovação societária.

Os ativos financeiros relacionados ao Fundo 5G e Bônus de subscrição são avaliados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis, inclusive no que se refere à mensuração ao valor justo, conforme previsto nos pronunciamentos contábeis vigentes.

Classificado como Público

13. Outros ativos

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Outros ativos	311.023	326.756	320.958
Adiantamento a empregados	35.015	7.547	39.632
Adiantamentos a fornecedores	30.714	61.013	30.718
Valores a receber TIM Brasil (nota 34)	23.104	23.183	23.104
Valores a receber projetos incentivados	30.487	27.080	30.487
Taxas e contribuições trabalhistas a compensar	105.649	112.471	105.649
Créditos Fistel (i)	30.641	32.966	30.641
Outros	55.413	62.496	60.727
Parcela circulante	(278.061)	(297.264)	(282.681)
Parcela não circulante	32.962	29.492	38.277

(i) Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que pode ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Anatel.

14. Investimentos

A participação societária em coligada e controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

V8.Tech

Conforme mencionado na nota 1.2, em 30 de janeiro de 2026, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a TIM S.A. concluiu a aquisição de 100% do capital social da V8.Tech. Com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter a totalidade do capital social da V8.Tech, empresa de tecnologia especializada na integração de soluções digitais e na prestação de serviços gerenciados. Assim, em 30 de setembro de 2026, a V8.Tech é classificada como empresa controlada pela TIM S.A.

I-Systems

Até 6 de maio de 2026, a TIM S.A. ainda detinha 49% de participação no capital social da I-Systems, classificada como coligada e avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Conforme descrito na nota 1.2, em 6 de maio de 2026, a Companhia adquiriu os 51% remanescentes do capital social da I-Systems, passando a deter 100% de participação e, consequentemente, o controle da adquirida. A partir dessa data, a I-Systems passou a ser classificada como controlada e suas informações financeiras passam a ser consolidadas pela Companhia.

As informações apresentadas a seguir referem-se ao período comparativo, 31 de dezembro de 2025, onde a I-Systems era classificada como coligada.

Classificado como Público

	12/2025
Ativo	1.895.545
Ativo circulante e não circulante	254.727
Ativo tangível e intangível	1.640.818
Passivo e Patrimônio Líquido	1.895.545
Passivo circulante e não circulante	736.516
Patrimônio líquido	1.159.029
Participação proporcional da Companhia	49%
Ajuste a valor justo	733.757
Custo do investimento	526.729
Valor do investimento (nota 14.b)	1.260.486

	12/2025
Prejuízo líquido do exercício	(220.000)
Participação proporcional da Companhia	49%
Participação da Companhia nos resultados da coligada	(107.800)

a) Participação em empresa coligada e controlada

	Coligada		Controladas		Total	
	09/2026 I-Systems (até 30/04/26)	12/2025 I-Systems	09/2026 V8.Tech	09/2026 I-Systems	09/2026	12/2025
Quantidade de ações total	1.794.287.995	1.794.287.995	24.108.004	1.794.287.995	-	-
Participação no capital total	49%	49%	100%	100%	-	-
Patrimônio líquido	980.469	1.159.029	66.539	1.528.512	-	-
Prejuízo do período/exercício	(181.621)	(220.000)	(2.806)	(110.966)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial e amortização da mais valia	(87.495)	(107.800)	(2.806)	(110.966)	(201.267)	(107.800)
Ágio na aquisição	-	-	106.373	589.359		-
Valor dos investimentos	-	1.260.486	192.035	2.345.503	2.537.538	1.260.486

Classificado como Público

b) Mutação dos investimentos

	Coligada
	I-Systems
Saldo do investimento em 31 dezembro de 2025	1.260.486
Resultado de equivalência patrimonial até abril de 2026 (i)	(87.495)
Perda sobre a reavaliação do valor justo da participação anterior à aquisição de controle	(263.321)
Baixa do investimento contábil em 30 de abril de 2026	(909.670)
Saldo do investimento em coligada em 30 de setembro de 2026	-

(i) O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao período em que a I-Systems era classificada como coligada, de janeiro a abril de 2026. Desde 06 de maio de 2026, os resultados da I-Systems passam a ser consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia.

	Controladas		
	I-Systems (iii)	**V8.Tech**	**Total**
Saldo do investimento em 31 dezembro de 2025	-	-	-
Ativos identificáveis líquidos (nota 1.2)	1.267.110	32.468	1.299.578
Ágio na aquisição da controlada	589.359	106.373	695.732
Aumento de capital	600.000	56.000	656.000
Resultado de equivalência patrimonial após a aquisição (ii)	(106.100)	(1.765)	(107.865)
Amortização da mais valia identificada em PPA (ii)	(4.866)	(1.041)	(5.907)
Saldo dos investimentos em 30 de setembro de 2026	2.345.503	192.035	2.537.538

(i) Os resultados das controladas são reconhecidos a partir das respectivas datas de aquisição e obtenção de controle, 30 de janeiro de 2026 para a V8.Tech e 06 de maio de 2026 para a I-Systems.

(ii) Conforme nota 1.2.1, a Companhia está em fase de revisão e conclusão de laudo de PPA sobre o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos.

15. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresenta nenhum indicativo de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo “provisão para futura desmobilização de ativos”, o valor presente destes custos, os juros incorridos pela atualização da provisão, são classificados como despesas financeiras.

Classificado como Público

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

- Movimentação do imobilizado

	Controladora				
	Saldo em 12/2025	Adições	Baixas	Transferências	**Saldo em 09/2026**
Total do Custo do Imobilizado Bruto	81.065.436	3.616.203	(872.728)	-	83.808.911
Equipamentos de comutação / transmissão	43.475.500	-	(35.507)	1.687.068	45.127.061
Cabos de fibra ótica	798.737	-	(14)	8.190	806.913
Aparelhos em comodato	4.416.452	698	(17.159)	171.894	4.571.885
Infraestrutura	8.229.503	-	(407.717)	(1.484.607)	6.337.179
Bens de informática	1.812.200	-	(1.689)	5.665	1.816.176
Bens de uso geral	1.099.787	-	(6.838)	36.212	1.129.161
Direito de uso em arrendamentos (i)	20.590.990	1.662.740	(402.160)	1.625.823	23.477.393
Terrenos	37.986	-	(892)	-	37.094
Obras em andamento	604.281	1.952.765	(752)	(2.050.245)	506.049
Total Depreciação Acumulada	(57.893.985)	(3.836.489)	251.762	-	(61.478.712)
Equipamentos de comutação / transmissão	(33.627.838)	(2.058.931)	34.710	-	(35.652.059)
Cabos de fibra ótica	(731.460)	(17.364)	14	-	(748.810)
Aparelhos em comodato	(4.143.697)	(163.875)	15.172	-	(4.292.400)
Infraestrutura	(5.999.593)	(190.594)	194.856	763.144	(5.232.187)
Bens de informática	(1.770.420)	(14.974)	1.567	-	(1.783.827)
Bens de uso geral	(853.779)	(37.514)	5.443	-	(885.850)
Direito de uso em arrendamentos (i)	(10.767.198)	(1.353.237)	-	(763.144)	(12.883.579)
Total Imobilizado líquido	23.171.451	(220.286)	(620.966)	-	22.330.199
Equipamentos de comutação / transmissão	9.847.662	(2.058.931)	(797)	1.687.068	9.475.002
Cabos de fibra ótica	67.277	(17.364)	-	8.190	58.103
Aparelhos em comodato	272.755	(163.177)	(1.987)	171.894	279.485
Infraestrutura	2.229.910	(190.594)	(212.861)	(721.463)	1.104.992
Bens de informática	41.780	(14.974)	(122)	5.665	32.349
Bens de uso geral	246.008	(37.514)	(1.395)	36.212	243.311
Direito de uso em arrendamentos (i)	9.823.792	309.503	(402.160)	862.679	10.593.814
Terrenos	37.986	-	(892)	-	37.094
Obras em andamento	604.281	1.952.765	(752)	(2.050.245)	506.049

Classificado como Público

		Consolidado				
	Saldo em 12/2025	Adições/ depreciação	Baixas	Transferências	Aquisições de controlada (nota 1.2)	**Saldo em 09/2026**
Total do Custo do Imobilizado Bruto	81.065.436	3.708.423	(874.532)	(23.757)	3.450.514	87.326.084
Equipamentos de comutação / transmissão (ii)	43.475.500	92.203	(35.507)	1.550.751	2.640.215	47.723.162
Cabos de fibra ótica	798.737	-	(14)	78.240	407.875	1.284.838
Aparelhos em comodato	4.416.452	698	(17.159)	171.894	18.316	4.590.201
Infraestrutura	8.229.503	-	(407.717)	(1.442.457)	361.009	6.740.338
Bens de informática	1.812.200	-	(1.689)	6.020	6.526	1.823.057
Bens de uso geral	1.099.787	18	(6.838)	36.217	12.680	1.141.864
Direito de uso em arrendamentos (i)	20.590.990	1.662.739	(403.964)	1.625.823	3.893	23.479.481
Terrenos	37.986	-	(892)	-	-	37.094
Obras em andamento	604.281	1.952.765	(752)	(2.050.245)	-	506.049
Total Depreciação Acumulada	(57.893.985)	(3.992.809)	251.762	-	(1.771.084)	(63.406.116)
Equipamentos de comutação / transmissão	(33.627.838)	(2.185.759)	34.710	-	(1.363.407)	(37.142.294)
Cabos de fibra ótica	(731.460)	(34.819)	14	-	(144.308)	(910.573)
Aparelhos em comodato	(4.143.697)	(167.199)	15.172	-	(8.119)	(4.303.843)
Infraestrutura	(5.999.593)	(198.523)	194.856	763.144	(237.457)	(5.477.573)
Bens de informática	(1.770.420)	(15.280)	1.567	-	(5.566)	(1.789.699)
Bens de uso geral	(853.779)	(37.992)	5.443	-	(10.294)	(896.622)
Direito de uso em arrendamentos (i)	(10.767.198)	(1.353.237)	-	(763.144)	(1.933)	(12.885.512)
Total Imobilizado líquido	23.171.451	(284.386)	(622.770)	(23.757)	1.679.430	23.919.968
Equipamentos de comutação / transmissão	9.847.662	(2.093.556)	(797)	1.550.751	1.276.808	10.580.868
Cabos de fibra ótica	67.277	(34.819)	-	78.240	263.567	374.265
Aparelhos em comodato	272.755	(166.501)	(1.987)	171.894	10.197	286.358
Infraestrutura	2.229.910	(198.523)	(212.861)	(679.313)	123.552	1.262.765
Bens de informática	41.780	(15.280)	(122)	6.020	960	33.358
Bens de uso geral	246.008	(37.974)	(1.395)	36.217	2.386	245.242
Direito de uso em arrendamentos (i)	9.823.792	309.502	(403.964)	862.679	1.960	10.593.969
Terrenos	37.986	-	(892)	-	-	37.094
Obras em andamento	604.281	1.952.765	(752)	(2.050.245)	-	506.049

(i) Conforme descrito na nota 17, a Companhia firmou, em março de 2026, um acordo estratégico com a American Tower do Brasil ("ATC") o qual abrangeu todo o parque que compõe a relação entre TIM e ATC. Tal acordo levou a remensuração do valor contábil líquido remanescente no montante de R$862.679, que foi transferido entre imobilizado de infraestrutura e direito de uso de arrendamento.

(ii) Refere-se ao ativo imobilizado adquirido avaliado a valor justo nas combinações de negócios descritas na nota 1.2.1, incluindo mais-valia preliminar identificada sobre o ativo imobilizado na alocação do preço de aquisição de R$152.029.

Classificado como Público

	Controladora				
	Saldo em 12/2024	Adições	Baixas	Transferências	**Saldo em 09/2025**
Total do Custo do Imobilizado Bruto	75.732.043	4.261.176	(270.369)	-	79.722.850
Equipamentos de comutação / transmissão	41.197.166	-	(94.086)	1.919.145	43.022.225
Cabos de fibra ótica	791.983	-	-	5.115	797.098
Aparelhos em comodato	4.256.120	1.111	(42.215)	145.513	4.360.529
Infraestrutura	7.925.713	-	(14.940)	258.446	8.169.219
Bens de informática	1.806.939	-	(3.353)	5.177	1.808.763
Bens de uso geral	1.047.340	-	(1.081)	39.812	1.086.071
Direito de uso em arrendamentos	18.028.112	2.079.715	(113.755)	-	19.994.072
Terrenos	38.084	-	(66)	-	38.018
Obras em andamento	640.586	2.180.350	(873)	(2.373.208)	446.855
Total Depreciação Acumulada	(52.916.715)	(3.842.780)	142.952	-	(56.616.543)
Equipamentos de comutação / transmissão	(30.962.551)	(2.067.709)	90.131	-	(32.940.129)
Cabos de fibra ótica	(705.143)	(20.096)	-	-	(725.239)
Aparelhos em comodato	(3.956.664)	(168.760)	34.833	-	(4.090.591)
Infraestrutura	(5.660.027)	(268.490)	13.875	-	(5.914.642)
Bens de informática	(1.748.687)	(20.042)	3.343	-	(1.765.386)
Bens de uso geral	(803.591)	(38.384)	770	-	(841.205)
Direito de uso em arrendamentos	(9.080.052)	(1.259.299)	-	-	(10.339.351)
Total Imobilizado líquido	22.815.328	418.396	(127.417)	-	23.106.307
Equipamentos de comutação / transmissão	10.234.615	(2.067.709)	(3.955)	1.919.145	10.082.096
Cabos de fibra ótica	86.840	(20.096)	-	5.115	71.859
Aparelhos em comodato	299.456	(167.649)	(7.382)	145.513	269.938
Infraestrutura	2.265.686	(268.490)	(1.065)	258.446	2.254.577
Bens de informática	58.252	(20.042)	(10)	5.177	43.377
Bens de uso geral	243.749	(38.384)	(311)	39.812	244.866
Direito de uso em arrendamentos	8.948.060	820.416	(113.755)	-	9.654.721
Terrenos	38.084	-	(66)	-	38.018
Obras em andamento	640.586	2.180.350	(873)	(2.373.208)	446.855

As obras em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Como os critérios de capitalização previstos no IAS 23/CPC 20 não foram atendidos, os custos de empréstimos são classificados como despesas financeiras no período em que são incorridos.

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Classificado como Público

	Controladora				
Direito de uso em arrendamento	**Infraestrutura de rede**	**Lojas & Quiosques e imóveis**	**Terrenos (Rede)**	**Fibra**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.997.432	1.318.237	2.011.672	1.496.451	9.823.792
Adições (i)	971.318	267.116	241.575	182.731	1.662.740
Transferências (ii)	862.679	-	-	-	862.679
Remensuração	(275.814)	(1.292)	(125.054)	-	(402.160)
Depreciação	(645.657)	(144.090)	(218.359)	(345.131)	(1.353.237)
Saldos em 30 de setembro de 2026	5.909.958	1.439.971	1.909.834	1.334.051	10.593.814
Taxas de depreciação anual	9,50%	9,01%	8,86%	11,06%	

	Consolidado				
Direito de uso em arrendamento	**Infraestrutura de rede**	**Lojas & Quiosques e imóveis**	**Terrenos (Rede)**	**Fibra**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.997.432	1.318.237	2.011.672	1.496.451	9.823.792
Saldo de Companhia adquirida	-	1.960	-	-	1.960
Adições (i)	971.318	267.116	241.575	182.730	1.662.739
Transferências (ii)	862.679	-	-	-	862.679
Remensuração	(275.814)	(3.096)	(125.054)	-	(403.964)
Depreciação	(645.657)	(144.090)	(218.359)	(345.131)	(1.353.237)
Saldos em 30 de setembro de 2026	5.909.958	1.440.127	1.909.834	1.334.050	10.593.969
Taxas de depreciação anual	9,50%	9,01%	8,86%	11,06%	

	Controladora				
Direito de uso em arrendamento	**Infraestrutura de rede**	**Lojas & Quiosques e imóveis**	**Terrenos (Rede)**	**Fibra**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.587.122	1.166.143	2.002.527	1.192.268	8.948.060
Adições (i)	1.011.152	308.073	282.547	477.943	2.079.715
Remensuração	(78.157)	(2.031)	(28.391)	(5.176)	(113.755)
Depreciação	(553.323)	(132.321)	(219.163)	(354.492)	(1.259.299)
Saldos em 30 de setembro de 2025	4.966.794	1.339.864	2.037.520	1.310.543	9.654.721
Taxas de depreciação anual	8,82%	9,34%	8,26%	12,31%	

(i) A movimentação do direito de uso em arrendamentos inclui adições líquidas dos incentivos de arrendamentos, que totalizam R$ 167 milhões em 30 de setembro de 2026 (R$ 58 milhões no mesmo período de 2025).

(ii) Transferência do valor contábil líquido remanescente em decorrência do acordo com a American Tower do Brasil.

Classificado como Público

- Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	6,67 a 20
Cabos de fibra ótica	10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	20
Bens de uso geral	10 a 20
Direito de uso em arrendamentos	8 a 12

Em 2025, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Resolução CVM 73, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

16. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados quando há expectativa de benefícios econômicos futuros e mensuração confiável. Deste modo, a Companhia aplica a norma CPC 20, onde custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável compõe o custo de tal ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados (por exemplo, ágios em aquisição de empresas), mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Classificado como Público

(a) Movimentação do intangível

	Controladora				
	Saldo em 12/2025	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	**Saldo em 09/2026**
Total Custo do Intangível Bruto	49.165.735	1.225.766	(423)	-	50.391.078
Direito de uso de softwares	25.633.032	-	(173)	1.198.378	26.831.237
Autorizações	18.983.124	31.354	-	6.083	19.020.561
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	220.247	-	-	5.923	226.170
Mais valia em combinação de negócios	253.629	-	-	-	253.629
Outros ativos	586.691	-	(250)	507	586.948
Ativos intangíveis em desenvolvimento	376.843	1.194.412	-	(1.210.891)	360.364
Total Amortização Acumulada	(34.573.212)	(1.568.400)	423	-	(36.141.189)
Direito de uso de softwares	(22.704.314)	(828.531)	173	-	(23.532.672)
Autorizações	(11.171.893)	(674.495)	-	-	(11.846.388)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(120.266)	(9.554)	-	-	(129.820)
Mais valia em combinação de negócios	(121.301)	(24.812)	-	-	(146.113)
Outros ativos	(455.438)	(31.008)	250	-	(486.196)
Total Intangível Líquido	14.592.523	(342.634)	-	-	14.249.889
Direito de uso de softwares (c)	2.928.718	(828.531)	-	1.198.378	3.298.565
Autorizações (f)	7.811.231	(643.141)	-	6.083	7.174.173
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	99.981	(9.554)	-	5.923	96.350
Mais valia em combinação de negócios	132.328	(24.812)	-		107.516
Outros ativos	131.253	(31.008)	-	507	100.752
Ativos intangíveis em desenvolvimento	376.843	1.194.412	-	(1.210.891)	360.364

Classificado como Público

	Consolidado					
	Saldo em 12/2025	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Aquisições de controlada (nota 1.2.)	**Saldo em 09/2026**
Total Custo do Intangível Bruto	49.165.735	1.225.919	(423)	5.579	1.007.465	51.404.275
Direito de uso de softwares	25.633.032	153	(173)	1.203.957	98.528	26.935.497
Autorizações	18.983.124	31.354	-	6.083	42.581	19.063.142
Ágio (i)	3.112.169	-	-	-	696.287	3.808.456
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	220.247	-	-	5.923	-	226.170
Mais valia em combinação de negócios (ii)	253.629	-	-	-	170.069	423.698
Outros ativos	586.691	-	(250)	507	-	586.948
Ativos intangíveis em desenvolvimento	376.843	1.194.412	-	(1.210.891)	-	360.364
Total Amortização Acumulada	(34.573.212)	(1.580.043)	423	-	(96.165)	(36.248.997)
Direito de uso de softwares	(22.704.314)	(835.824)	173	-	(54.896)	(23.594.861)
Autorizações	(11.171.893)	(675.521)	-	-	(37.261)	(11.884.675)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(120.266)	(9.554)	-	-	-	(129.820)
Mais valia em combinação de negócios (ii)	(121.301)	(28.136)	-	-	(4.008)	(153.445)
Outros ativos	(455.438)	(31.008)	250	-	-	(486.196)
Total Intangível Líquido	14.592.523	(354.124)	-	5.579	911.300	15.155.278
Direito de uso de softwares (c)	2.928.718	(835.671)	-	1.203.957	43.632	3.340.636
Autorizações (f)	7.811.231	(644.167)	-	6.083	5.320	7.178.467
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	696.287	3.808.456
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	99.981	(9.554)	-	5.923	-	96.350
Mais valia em combinação de negócios (ii)	132.328	(28.136)	-	-	166.061	270.253
Outros ativos	131.253	(31.008)	-	507	-	100.752
Ativos intangíveis em desenvolvimento	376.843	1.194.412	-	(1.210.891)	-	360.364

(i) O saldo de ágio inclui *goodwill* preliminar decorrente das combinações de negócios realizadas no primeiro semestre de 2026, em virtude da aquisição do controle da V8.Tech e I-Systems, nos montantes de R$ 106.373 e R$ 589.359, respectivamente (vide nota 1.2).

(ii) O saldo inclui mais-valias preliminares de R$21.639 relacionado a lista de clientes e de R$112.973 de rede de infraestrutura na aquisição da I-Systems e de R$30.551 na aquisição da V8 relacionada ao ativo lista de clientes, reconhecido separadamente do Goodwill no âmbito da alocação preliminar do preço de cada aquisição.

Classificado como Público

	Controladora				
	Saldo em 12/2024	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	**Saldo em 09/2025**
Total Custo do Intangível Bruto	47.460.121	1.124.920	(1.130)	-	48.583.911
Direito de uso de softwares	24.058.388	-	(1.130)	1.126.572	25.183.830
Autorizações	18.903.457	39.105	-	24.658	18.967.220
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	212.703	-	-	7.544	220.247
Mais valia em combinação de negócios	253.629	-	-	-	253.629
Outros ativos	583.355	-	-	2.506	585.861
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	1.085.815	-	(1.161.280)	260.955
Total Amortização Acumulada	(32.605.161)	(1.463.284)	1.130	-	(34.067.315)
Direito de uso de softwares	(21.722.385)	(723.656)	1.130	-	(22.444.911)
Autorizações	(10.272.479)	(674.734)	-	-	(10.947.213)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(108.270)	(8.902)	-	-	(117.172)
Mais valia em combinação de negócios	(88.219)	(24.812)	-	-	(113.031)
Outros ativos	(413.808)	(31.180)	-	-	(444.988)
Total Intangível Líquido	14.854.960	(338.364)	-	-	14.516.596
Direito de uso de softwares (c)	2.336.003	(723.656)	-	1.126.572	2.738.919
Autorizações (f)	8.630.978	(635.629)	-	24.658	8.020.007
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	104.433	(8.902)	-	7.544	103.075
Mais valia em combinação de negócios	165.410	(24.812)	-		140.598
Outros ativos	169.547	(31.180)	-	2.506	140.873
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	1.085.815	-	(1.161.280)	260.955

Os ativos intangíveis em desenvolvimento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de *softwares*	20
Autorizações	5 a 25
Direito de uso de infraestrutura	até 5
Outros ativos	até 10
Lista de Clientes	8,4 a 13,04
Mais valia autorizações Cozani	5,66

Classificado como Público

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados

O Grupo possui os seguintes ágios fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	09/2026	12/2025
Ágios registrados	3.808.455	3.112.169
Aquisição I-Systems	589.359	-
Aquisição V8.Tech (incluindo ágio já existente pré aquisição)	106.927	-
Aquisição da Cozani	2.636.426	2.636.426
Aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ	108.172	108.172
Aquisição da "Intelig" pela TIM Participações	210.015	210.015
Aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste	157.556	157.556

Ágio na aquisição da I-Systems

Conforme mencionado na nota 1.2.1, em 6 de maio de 2026, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a TIM S.A. concluiu a aquisição dos 51% remanescentes do capital social da I-Systems, passando a deter o controle da I-Systems, considerando a participação de 49% anteriormente detida. O ágio foi reconhecido provisoriamente, considerando que o laudo de PPA está em processo de revisão.

Ágio na aquisição da V8.Tech

Conforme mencionado na nota 1.2, em 30 de janeiro de 2026, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a TIM S.A. concluiu a aquisição de 100% do capital social da V8.Tech. O ágio registrado corresponde à parcela da contraprestação transferida que excedeu o valor justo dos ativos líquidos identificáveis reconhecidos na data da aquisição, refletindo principalmente os benefícios econômicos futuros esperados da combinação de negócios. No momento da aquisição, a controlada V8.Tech, possuía ágio registrado no montante de R$554, referente a aquisição da Devires Tecnologia da Informação LTDA., já incorporada.

Classificado como Público

Ágio na aquisição da Cozani

Em abril/22 a Companhia adquiriu 100% da empresa Cozani tendo uma contraprestação paga total de R$7.211.585 e ativos identificáveis, líquidos de passivos assumidos a valor justo de R$4.575.159. Portanto, tendo um montante remanescente de ágio no valor R$2.636.426, o qual consta registrado em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Dentre os ativos identificados no processo de combinação de negócios da Cozani, a Companhia identificou uma mais valia das radiofrequências adquiridas no valor de R$3.038.951 e de lista de clientes de R$253.629.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A. (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A.) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (posteriormente TIM Fiber SP) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (posteriormente TIM Fiber RJ). TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva advindo destas empresas no valor total de R$ 1.159.649.

Em novembro de 2021, a Companhia realizou a alienação de 51% de participação societária da Fiber Co (atual I-Systems), realizando a baixa de R$1.051.477 do ágio anteriormente registrado, mantendo saldo remanescente de R$108.172.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A., a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da "Intelig" pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente "Intelig") em dezembro de 2009 no montante de R$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A. em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R$157.556.

Teste de *impairment*

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de impairment para os ágios relacionados às combinações de negócios. A metodologia e premissas utilizadas pela Administração no teste de impairment está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange a TIM S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, o teste de *impairment* foi realizado comparando o valor contábil (*carrying amount*) com o valor justo menos os potenciais custos de venda do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01 / IFRS 13 / CPC 46.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo Nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

Classificado como Público

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a mensuração foi feita com base no valor da ação Companhia na data de fechamento do balanço, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*, que abrange todos os ativos tangíveis, ativos intangíveis e investimento. Logo, a Companhia não identificou quaisquer indicadores de *impairment.*

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou em 2023, contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do CPC 06 / IFRS 16 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais.

(f) Autorizações

Licença 4G

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHZ adquirida, que totalizaram R$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, que foram pagos em dezembro de 2014, o montante a pagar de R$ 1.199 milhões foi reduzido em R$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente (“AVP”). A licença acima mencionada enquadrou-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 e 2019. O valor total registrado no ativo intangível da Companhia é de R$ 3.498 milhões (R$3.498 milhões em 31 de dezembro de 2025).

Licença 5G

Em 2021, a TIM adquiriu licenças 5G no leilão da Anatel, gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R$884 milhões e às obrigações relacionadas a essas licenças no valor de R$2.680 milhões. O pagamento das licenças será realizado em um período de 10 a 20 anos, enquanto as obrigações relacionadas tiveram pagamentos realizados entre 2022 e 2024.

Adicionalmente, no caso das licenças relacionadas à radiofrequência de 3,5GHz, por se tratar de ativo qualificável, a Companhia capitalizou custos de empréstimos durante o período de implantação. Essa capitalização foi encerrada no segundo trimestre de 2023, com a disponibilidade dos ativos para uso e sua transferência para autorizações. O valor total registrado no ativo intangível da Companhia é de R$ 4.053 milhões (R$4.053 milhões em 31 de dezembro de 2025).

17. Arrendamentos

No momento de celebração de contrato, a Companhia avalia se os contratos firmados são (ou contêm) arrendamento. O contrato é (ou contém) um arrendamento se transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária são capitalizados no início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Classificado como Público

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo imobilizado ou intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	09/2026	12/2025
LT Amazonas (i)	166.960	170.080
Subleasing "lojas revendas" – IFRS16 (ii)	67.800	64.166
	234.760	234.246
Parcela circulante	(37.390)	(34.098)
Parcela não circulante	197.370	200.148

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente.

	LT Amazonas	*Subleasing* "lojas revendas" – IFRS16	Total
Valores nominais	244.941	84.640	329.581
2026	8.882	8.724	17.606
2027	35.527	26.595	62.122
2028	35.527	22.361	57.888
2029	35.527	16.297	51.824
2030	35.527	8.612	44.139
2031 em diante	93.951	2.051	96.002
Valor presente	166.960	67.800	234.760

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas em 2013, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefónica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefónica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) *Subleasing* Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de "lojas revenda". O impacto no passivo de arrendamento está refletido no grupo "Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis".

O valor de receita de *subleasing* da Companhia no período findo em 30 de setembro de 2026 é de R$ 56.705 (R$ 51.202 no mesmo período de 2025).

Classificado como Público

Passivo

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
LT Amazonas (i)	319.000	322.409	319.000
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede (ii) (a)	7.860.483	7.825.464	7.860.483
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis (ii)	1.700.629	1.533.853	1.700.823
Arrendamentos - Terrenos (Rede) (ii)	2.413.625	2.470.403	2.413.625
Arrendamentos – Fibra (ii)	1.483.874	1.612.739	1.483.874
Total	13.777.611	13.764.868	13.777.805
Parcela circulante	(1.718.000)	(1.702.899)	(1.718.194)
Parcela não circulante	12.059.611	12.061.969	12.059.611

O montante de juros pagos no período findo em 30 de setembro de 2026 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) foi de R$1.397.990 (R$ 995.466 na controladora, no mesmo período de 2025) na controladora e R$1.398.223 no consolidado.

No período findo em 30 de setembro de 2026, foi pago o montante de R$ 23 milhões (R$ 35 milhões, em 2025), referentes a multas aplicadas, relacionadas ao processo de descomissionamento de sites.

Em 1º de março de 2026, a Companhia renegociou parte de seus contratos de arrendamento com a ATC, com o objetivo de simplificar e unificar a estrutura contratual e manter os termos e condições consistentes. A renegociação resultou em um impacto na dívida no montante de aproximadamente R$ 12,3 milhões.

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 36. A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Controladora					
	LT Amazonas	Arrendamentos Infraestrutura de rede	Arrendamentos Lojas & Quiosques e Imóveis	Arrendamentos Terrenos (Rede)	Arrendamentos Fibra	Total
Valores nominais	465.428	13.211.153	3.065.955	3.901.136	1.809.134	22.452.806
2026	16.870	449.684	101.764	136.290	153.452	858.060
2027	67.480	1.792.031	370.466	538.081	599.571	3.367.629
2028	67.480	1.774.118	342.812	523.727	564.549	3.272.686
2029	67.480	1.699.248	310.513	488.179	363.129	2.928.549
2030	67.480	1.546.658	268.981	432.029	105.798	2.420.946
2031 em diante	178.638	5.949.414	1.671.419	1.782.830	22.635	9.604.936
Valor presente	319.000	7.860.483	1.700.629	2.413.625	1.483.874	13.777.611

Classificado como Público

	Consolidado					
	LT Amazonas	**Arrendamentos Infraestrutura de rede**	**Arrendamentos Lojas & Quiosques e Imóveis**	**Arrendamentos Terrenos (Rede)**	**Arrendamentos Fibra**	**Total**
Valores nominais	465.428	13.211.153	3.066.157	3.901.136	1.809.134	22.453.008
2026	16.870	449.684	101.882	136.290	153.452	858.178
2027	67.480	1.792.031	370.550	538.081	599.571	3.367.713
2028	67.480	1.774.118	342.812	523.727	564.549	3.272.686
2029	67.480	1.699.248	310.513	488.179	363.129	2.928.549
2030	67.480	1.546.658	268.981	432.029	105.798	2.420.946
2031 em diante	178.638	5.949.414	1.671.419	1.782.830	22.635	9.604.936
Valor presente	319.000	7.860.483	1.700.823	2.413.625	1.483.874	13.777.805

i) LT Amazonas

Em 2013, a Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data de entrada em operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

ii) Arrendamentos

Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão, terrenos, lojas e quiosques e fibras no escopo do IFRS 16.

(a) Venda e *leaseback* das Torres
A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC"), em novembro de 2014 e janeiro de 2015, contratos de venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade, no montante aproximado de R$ 3 bilhões, acompanhados de um Contrato Master de Locação (MLA), pelo prazo de 20 anos, na modalidade de *sale and leaseback*. Foram transferidas 5.873 torres entre 2015 e 2017, totalizando R$ 2.651.247 em vendas, dos quais R$ 1.088.390 foram registrados como receita diferida, amortizada ao longo do prazo contratual (nota 22).

Em março de 2026 a Companhia firmou um acordo estratégico com a ATC, o qual abrangeu todo o parque que compõe a relação entre TIM e ATC. Tal acordo gerou modificação sobre os saldos de venda *e leaseback*, em função de redução do prazo e restrições de uso, com concomitante remensuração de saldos. Por outro lado, a Companhia também possui outros contratos de arrendamentos de torres com a ATC, que tiveram aumento dos prazos, com efeitos de remensuração.

Classificado como Público

Vale destacar que, do total de R$ 7.860.483 (R$ 7.825.464 em 31 de dezembro de 2025) apresentado em "Arrendamentos – Infraestrutura de Rede", estão incluídos os montantes de R$ 1.345.609 (R$ 1.630.795 em 31 de dezembro de 2025) relacionados à Venda de Torres (*leaseback*) e de R$ 133.138 (R$ 108.588 em 31 de dezembro de 2025) relacionados a arrendamentos de torres vinculados a contratos com empresas torreiras.

Arrendamentos de baixo valor ou curto prazo

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou de curto prazo (inferiores a 12 meses) foram reconhecidos como despesa de aluguel e totalizaram R$ 21.894 em 30 de setembro de 2026 (R$ 22.161 no mesmo período de 2025).

18. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Fornecedores	4.740.626	5.138.780	4.861.010
Moeda nacional	4.144.199	4.414.270	4.264.583
Fornecedores de materiais e serviços (i)	4.041.900	4.321.640	4.162.284
Interconexão (ii)	55.754	56.960	55.754
Roaming (iii)	7.267	6.391	7.267
Co-billing (iv)	39.278	29.279	39.278
Moeda estrangeira	596.427	724.510	596.427
Fornecedores de materiais e serviços (i)	331.165	285.866	331.165
Roaming (iii)	265.262	438.644	265.262
Parcela Circulante	4.740.626	5.138.780	4.861.010

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(iv) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Classificado como Público

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores são incluídos nas atividades operacionais da demonstração do fluxo de caixa.

A Companhia firmou contratos com instituições financeiras como alternativa de suporte aos seus fornecedores para que pontualmente, a seu exclusivo critério, pudessem antecipar seus recebíveis. Nestas operações, os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para uma instituição financeira sem direito de regresso mantendo os prazos contratuais. Os títulos cedidos são antecipados aos fornecedores mediante aplicação de taxa de deságio. Após a realização das operações a Companhia passa a ter essas instituições financeiras como credoras dos títulos cedidos no valor e prazo contratuais originais com os fornecedores, sem nenhum encargo ou benefício financeiro associado. O saldo registrado referente aos títulos a pagar relacionados a essas operações já foi integralmente pago pelas instituições financeiras aos fornecedores.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia possui aproximadamente R$ 120 milhões (R$ 591 milhões em 31 de dezembro de 2025) relacionados a operação de risco sacado, conforme detalhado abaixo:

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos – fornecedores pagos	120.362	590.646	120.362
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos – fornecedores não pagos	-	-	-
	120.362	590.646	120.362

Não houve alterações não caixa significativas nos valores contábeis de fornecedores incluídos nestas operações.

19. Autorizações a pagar

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Renovação de autorizações (i)	281.105	289.241	281.105
Dívida ANATEL atualizada (ii)	233.065	221.194	233.065
Autorizações a pagar (iii)	1.036.574	970.998	1.036.574
	1.550.744	1.481.433	1.550.744
Parcela circulante	(338.754)	(321.761)	(338.754)
Parcela não circulante	1.211.990	1.159.672	1.211.990

Classificado como Público

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis[8]. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 30 de setembro de 2026, os saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações eram de R$ 281.105 (R$ 289.241 em 31 de dezembro de 2025).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz, referente as autorizações da licença 4G, e pagou o equivalente a R$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R$ 61 milhões, atualizado pelo IGP-DI, totalizando R$ 233 milhões em 30 de setembro de 2026 (221 milhões em 31 de dezembro de 2025), o qual ainda está pendente de julgamento.

(iii) Refere-se aos custos na aquisição das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração ("Leilão 5G"), onde em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização. O valor inicial total especificamente das radiofrequências no montante de R$884 milhões, sofre incidência de juros atrelados à taxa Selic e a Companhia optou por realizar pagamentos anuais pelo período de 20 anos (tendo pagado as 4 primeiras parcelas nos montantes de R$46, R$52, R$58 e R$62 milhões).

As autorizações a pagar em 30 de setembro de 2026 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	09/2026
2027	322.280
2028	73.439
2029	73.439
2030	73.439
2031	66.873
2032 em diante	602.520
	1.211.990

[8] O tempo de renovação varia de acordo com o edital de licitação e condições de prorrogação aprovadas pela Agência.

Classificado como Público

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 30 de setembro de 2026, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Data de Expiração								
Termos de Autorização	**800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz**	**Frequências adicionais 1800 MHz**	**1900 MHz e 2100 MHz (3G)**	**2500 MHz Bandas V1 e V2 (4G)**	**2500 MHz (Banda P (4G)**	**700 MHz (4G)**	**2,3GHz (5G)**	**3,5GHz (5G)**	**26GHz (5G)**
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Março, 2031	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2031	ES - Abril/2038	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2031 (900MHz e 1800MHZ) Dezembro/32 (900MHz)	Dezembro/2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	PR, SC, RS – dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e PR, SC, RS - dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	Março, 2031	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Novembro, 2028 (800MHz); dezembro,2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	Novembro/2028 (800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	Novembro/2028 (800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Pernambuco	Novembro/2028 (800MHz) - Março/2031 (900MHz e 1800MHz) Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	Novembro/2028 (800MHz) -	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

Classificado como Público

	Março/2031 (900MHz e 1800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)								
Paraíba	Novembro/2028 (800MHz) - Março/2031 (900MHz e 1800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	Novembro/2028 (800MHz)– Março/2031 (900MHz e 1800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	Novembro/2028 (800MHz) – Março/2031 (900MHz e 1800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	Novembro/2028 (800MHz) - Março/2031 (900MHz e 1800MHz) - Dezembro 2032 (900 e 1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	Abril/2028 - Março/2031 (1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	Agosto/2027	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

20. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Classificado como Público

				Controladora		Consolidado
Descrição	**Moeda**	**Encargos**	**Vencimento**	**09/2026**	**12/2025**	**09/2026**
Debêntures[1] (ii)	BRL	IPCA + 3,9182% a.a.	jun/28	1.427.353	2.049.182	1.427.353
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	nov/31	287.037	329.566	287.037
BNB[2] (i)	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	fev/28	260.838	399.975	260.838
Total				1.975.228	2.778.723	1.975.228
Circulante				(961.432)	(925.626)	(961.432)
Não circulante				1.013.796	1.853.097	1.013.796

[1] É prevista uma redução automática de até 0,25 pontos base em juros remuneratórios em observância ao cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.
[2] As taxas para os juros do BNB já contemplam 15% de desconto por adimplência.

Garantias

(i) Recebíveis da TIM S.A. limitados ao valor da dívida;

(ii) Não possuem garantia.

No terceiro trimestre de 2026, as controladas I-Systems e V8.Tech liquidaram antecipadamente a totalidade de seus empréstimos e financiamentos, no montante de R$ 669 milhões, com recursos do aumento de capital realizado pela Companhia (nota 14).

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados trimestralmente. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. As Debêntures emitidas pela TIM S.A. (2ª emissão em Série Única) possuem cláusula de cumprimento de índice financeiro, calculado semestralmente, nos meses de junho e dezembro. O índice é Dívida financeira líquida sobre EBITDA. A Companhia cumpriu todos os índices estabelecidos.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia em 30 de setembro de 2026 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Valores nominais	
	Controladora	**Consolidado**
2027	58.298	58.298
2028	793.482	793.482
2029	55.548	55.548
2030	55.548	55.548
2031	50.920	50.920
	1.013.796	1.013.796

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

Classificado como Público

	Valores nominais	
	Controladora	**Consolidado**
2026	75.136	75.136
2027	944.594	944.594
2028	793.482	793.482
2029	55.548	55.548
2030	55.548	55.548
2031	50.920	50.920
	1.975.228	1.975.228

Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Com relação às captações contratadas: Debêntures, BNDES e BNB considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a Companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 está detalhado na tabela abaixo:

	09/2026	**12/2025**
Debêntures	1.432.726	2.062.508
BNDES	287.894	330.551
BNB	261.458	400.926

21. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		**Consolidado**
	09/2026	**12/2025**	**09/2026**
Impostos, taxas e contribuições a recolher	5.682.147	4.888.759	5.725.834
Impostos e Taxas ANATEL (i)	5.093.697	4.347.216	5.121.583
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	387.566	328.376	400.639
Imposto sobre Serviço - ISS	28.000	62.174	28.993
PIS / COFINS	53.882	54.430	54.939
Outros (ii)	119.002	96.563	119.680
Parcela circulante	(5.565.015)	(4.855.551)	(5.586.442)
Parcela não circulante	117.132	33.208	139.392

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP. Dos valores de 2020, a Companhia efetuou o pagamento referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Classificado como Público

Nos anos de 2021 a 2026, houve pagamento parcial referentes a CRFP e Condecine anualmente, com os pagamentos de TFF suspensos com base em liminar proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Em 30 de setembro de 2026 o valor total da obrigação referente a TFF é R$ 5.066 milhões, sendo R$ 3.593 milhões de principal e R$ 1.473 milhões de juros moratórios (em 31 de dezembro de 2025 o valor total da obrigação referente a TFF é R$ 4.320 milhões, sendo R$ 3.188 milhões de principal e R$ 1.131 milhões de juros moratórios).

(ii) A composição desta conta inclui o montante de R$ 86 milhões (R$62 milhões em dezembro de 2025) referente ao IRRF sobre JSCP aprovados em setembro de 2026.

22. Receitas diferidas

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Receitas diferidas	501.629	765.711	530.912
Serviços a prestar pré-pago (i)	29.499	130.783	29.499
Receitas antecipadas	34.514	31.058	63.797
Receitas diferidas sobre venda de torres (ii)	369.419	518.445	369.419
Passivo contratual (iii)	68.197	85.425	68.197
Parcela circulante	(153.914)	(259.527)	(181.195)
Parcela não circulante	347.715	506.184	349.717

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 17), onde parte do valor foi realizado em 2026 pela renegociação do contrato com a ATC.

(iii) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

Classificado como Público

Os saldos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Ativo contratual (nota 6)	20.553	25.898	20.553
Passivo contratual	(68.197)	(85.425)	(68.197)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise. Além disso, o passivo contratual inclui valores relacionados às taxas de habilitação e disponibilização de contratos com clientes.

Resumo das principais variações no período:

	Ativo (passivo) contratual	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º. de janeiro de 2026	(59.527)	(59.527)
Adições	16.491	16.491
Baixas	(4.608)	(4.608)
Saldo em 30 de setembro de 2026	(47.644)	(47.644)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2026	2027	2028
Ativo (passivo) contratual	(11.619)	(32.027)	(3.998)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

23. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

Classificado como Público

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.477.418	1.559.687	1.483.197
Cível e regulatória (a)	422.599	466.726	422.619
Trabalhistas (b)	175.176	196.916	180.814
Tributária (c)	879.643	896.045	879.764

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos, encontram-se resumidas a seguir:

	Controladora				
	12/2025	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	09/2026
	1.559.687	145.415	(393.775)	166.091	1.477.418
Cível e regulatória (a)	466.726	50.362	(132.676)	38.187	422.599
Trabalhistas (b)	196.916	41.130	(78.025)	15.155	175.176
Tributária (c)	896.045	53.923	(183.074)	112.749	879.643

	Consolidado					
	12/2025	Aquisições de controlada (nota 1.2)	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	09/2026
	1.559.687	7.068	144.123	(393.775)	166.094	1.483.197
Cível e regulatória (a)	466.726	17	50.362	(132.676)	38.190	422.619
Trabalhistas (b)	196.916	6.585	40.183	(78.025)	15.155	180.814
Tributária (c)	896.045	466	53.578	(183.074)	112.749	879.764

	Controladora				
	12/2024	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	09/2025
	1.564.293	163.320	(267.953)	21.200	1.480.860
Cível e regulatória (a)	595.611	15.511	(113.278)	(104.167)	393.677
Trabalhistas (b)	209.098	58.491	(93.165)	30.657	205.081
Tributária (c)	759.584	89.318	(61.510)	94.710	882.102

Classificado como Público

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis e regulatórios

a.1 Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R$ 139.623 (R$ 133.178 em 31 de dezembro de 2025), referem-se principalmente a processos por suposta cobrança indevida, discussões contratuais, portabilidade, discussões relacionadas a não restituição de valores, e suposta ocorrência de fraudes.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento;(iii) supostas violações contratuais; (iv) questionamentos sobre publicidade; e (v) discussão de cobrança indevida. O montante provisionado equivale a R$ 86.076 (R$119.954 em 31 de dezembro de 2025).

A TIM é ré em uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na qual são discutidos supostos vícios na qualidade da prestação de serviços para os usuários do plano *Infinity*. A TIM recorreu a diversas esferas jurídicas, tendo recursos negados, até que a TIM apresentou Agravo Interno, negado inicialmente, porém em julgamento concluído em abril/2025, um dos ministros apresentou voto divergente, que acabou sendo seguido pela maioria do colegiado. Com isso, o STF deu provimento ao Agravo Interno da TIM, reconhecendo a 11ª Vara Cível de Curitiba/PR como competente para julgar o caso, anulando as decisões anteriores do TJDFT. Diante dessa nova decisão judicial em abril/2025, a TIM reverteu a provisão contábil R$ 169 milhões, sendo R$ 50 milhões principal e R$ 119 milhões de atualização monetária. A ação foi redistribuída ao juízo da 11ª Vara Cível de Curitiba/PR, aguardando decisão acerca da existência de contingência com demanda em tramitação pelo TJPR, atualmente em fase recursal, para definir o prosseguimento da demanda.

a.3 Ex-parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. O valor provisionado é de R$ 46.655 (R$ 41.146 em 31 de dezembro de 2025).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato em que os valores provisionados totalizam R$ 55.407 (R$ 50.496 em 31 de dezembro de 2025).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores provisionados equivalem a R$ 19.600 (R$47.564 em 31 de dezembro de 2025).

Classificado como Público

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs) e (v) relativos ao não cumprimento de certos indicadores de qualidade, inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, incluindo Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R$ 75.238 (R$ 74.388 em 31 de dezembro de 2025).

b. Trabalhistas e previdenciários

b.1 Processos trabalhistas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como horas extras, diferenças de remuneração variável e reflexos legais nas demais verbas do contrato, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas. Do total de 1.148 reclamações trabalhistas em 30 de setembro de 2026 (1.347 em 31 de dezembro de 2025) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados. O provisionamento destas causas totaliza R$ 146.745 atualizado monetariamente (R$ 161.133 em 31 de dezembro de 2025).

b.2 Previdenciário

A Companhia é parte de 21 ações em 30 de setembro de 2026 (27 em 31 de dezembro de 2025) referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário, no valor total atualizado de R$ 28.431 (R$ 35.783 em 31 de dezembro de 2025).

c. Processos tributários

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Tributos Federais	331.336	377.027	331.336
Tributos Estaduais	441.360	436.204	441.481
Tributos Municipais	60.993	11.861	60.993
Processos TIM S.A. (*Purchase price allocation*)	45.954	70.953	45.954
	879.643	896.045	879.764

O total da provisão registrada está substancialmente composta pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.

Tributos federais

A provisão para a TIM S.A. suporta sessenta e dois processos e está substancialmente composta pelos seguintes processos:

Classificado como Público

(i) Existe provisão de 3 processos referentes a FUST/FUNTTEL e suas decorrentes obrigações acessórias. Destes, destacam-se dois casos em que a discussão segue principalmente sobre denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST. O valor relativo à multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, provisionado e atualizado é de R$ 20.186 (R$ 19.313 em 31 de dezembro de 2025).

Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019 e no segundo trimestre de 2026, a Companhia constituiu novas provisões relacionadas a processos de FUST no montante de R$ 78.943 e R$ 32.307, respectivamente, por meio dos quais se busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST. Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R$ 111.250 (R$ 75.769 em 31 de dezembro de 2025).

(ii) A Companhia constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R$ 76.397 (R$ 71.815 em 31 de dezembro de 2025).

(iii) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia. O valor provisionado e atualizado é de R$ 23.145 (R$ 22.389 em 31 de dezembro de 2025).

Tributos Estaduais

A provisão para a TIM S.A. suporta cento e um processos e está substancialmente composta pelas seguintes naturezas:

(i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 104.061 (R$ 56.412 em 31 de dezembro de 2025).

(ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R$ 34.547 (R$ 107.350 em 31 de dezembro de 2025).

(iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R$ 12.463 (R$ 7.393 em 31 de dezembro de 2025).

(iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R$ 26.303 (R$ 36.075 em 31 de dezembro de 2025).

(v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R$ 105.940 (R$ 118.327 em 31 de dezembro de 2025).

(vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R$ 6.069 (R$ 16.181 em 31 de dezembro de 2025).

(vii) cobrança sobre valores de assinatura sem franquia, cujos valores atualizados equivalem a R$ 55.762 (R$ 9.214 em 31 de dezembro de 2025).

Classificado como Público

(viii) cobrança sobre valores de crédito especial, cujos valores atualizados equivalem a R$ 5.290 (R$ 5.009 em 31 de dezembro de 2025).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

Além disso, no segundo trimestre de 2026, a Companhia realizou o provisionamento de parte de um processo em que discute ISS sobre serviços técnicos, acessórios e interconexão. Com isso, o valor total atualizado na esfera Municipal equivale a R$ 60.993 (R$ 11.861 em 31 de dezembro de 2025).

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R$ 45.954 (R$70.953 em 31 de dezembro de 2025).

d. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativos constituída, conforme valores apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
	28.631.226	26.722.972	28.644.594
Cível e regulatória (d.1)	1.710.564	1.798.568	1.710.804
Trabalhista e previdenciária (d.2)	447.587	474.376	448.433
Tributária (d.3)	26.473.075	24.450.028	26.485.357

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

Classificado como Público

d.1. Cíveis e regulatórias

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Ações movidas por consumidores (d.1.1)	194.690	129.012	194.690
ANATEL (d.1.2)	455.722	566.588	455.722
Órgãos de Defesa do Consumidor (d.1.3)	309.443	447.834	309.443
Ex-parceiros comerciais (d.1.4)	330.512	326.930	330.512
Socioambiental e infraestrutura (d.1.5)	142.619	77.780	142.619
Outros (d.1.6)	277.578	250.424	277.818
	1.710.564	1.798.568	1.710.804

d.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

d.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs) e (v) relativos ao não cumprimento de certos indicadores de qualidade, inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC.

Em 30 de setembro de 2026, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações) e Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível é de R$ 110.112 (R$ 249.373 em 31 de dezembro de 2025).

Em 18 de junho de 2020, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde 2014 com o regulador.

Em 19 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do Termo ocorreu em 25 de junho do mesmo ano. O acordo abrangia sanções que totalizavam um valor de aproximadamente R$ 639 milhões (atualizados à época), arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhorias relativas aos macrotemas “Qualidade”, “Ampliação do Acesso”, “Direitos e Garantias dos Usuários” e “Fiscalização”.

A Companhia vem apresentando seu entendimento à Anatel nos casos em que a Agência apontou indícios de descumprimento nos Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC) eventualmente instaurados.

Já a respeito da prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a Companhia torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012 e anos posteriores, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado entre outras. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

Classificado como Público

d.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) supostas violações contratuais; (iii) questionamentos sobre publicidade e, (iv) questionamentos da qualidade no atendimento.

d.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

d.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

d.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato.

d.2. Trabalhista e Previdenciária

d.2.1. Previdenciária

A Companhia é parte de ações referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário e na esfera administrativa, bem como em demandas que discutem responsabilidade solidária, no valor total atualizado de R$ 41.512 (R$ 67.492 em 31 de dezembro de 2025).

d.2.2. Trabalhistas

Há 1.850 reclamações trabalhistas em 30 de setembro de 2026 (2.142 em 31 de dezembro de 2025) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante atualizado de R$ 406.075 (R$ 406.884 em 31 de dezembro de 2025). Ressaltamos a existência de reclamações trabalhistas, movidas por ex-empregados do grupo econômico Docas (Gazeta Mercantil, JB do Brasil, etc). Esses autores ajuizaram ações requerendo, na fase executória, a inclusão da Holdco (ex-acionista controladora da Intelig – atual TIM S.A.) ou da TIM Participações (incorporada pela TIM S.A), como rés solidárias, solicitando o pagamento da decisão judicial pela TIM, em razão de suposta formação de grupo econômico.

Classificado como Público

d.3. Tributárias

	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
	26.473.075	24.450.028	26.485.357
Tributos Federais (d.3.1)	5.904.432	4.991.390	5.910.144
Tributos Estaduais (d.3.2)	13.650.679	12.960.732	13.650.679
Tributos Municipais (d.3.3)	2.039.617	1.988.271	2.039.617
Tributos regulatórios (d.3.4)	4.878.347	4.509.635	4.884.917

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido nos processos da Controladora equivale a R$ 17.418.450 (R$ 16.635.711 em 31 de dezembro de 2025).

d.3.1.Tributos Federais

O valor total autuado contra a Companhia relativamente a tributos federais é de R$ 5.904.432 em 30 de setembro de 2026 (R$ 4.991.390 em 31 de dezembro de 2025). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

(i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R$1,4 bilhão. Com o julgamento da Câmara Superior de Recursos Fiscais, da Receita Federal, em 2025 foi confirmado um novo êxito parcial, no valor estimado atualizado de aproximadamente R$ 610 milhões. Em 30 de setembro de 2026, o valor remanescente classificado como risco possível é de R$ 1.376.558 (R$ 1.225.208 em 31 de dezembro de 2025).

(ii) No terceiro e quarto trimestre de 2024, houve ingresso de processo relacionado ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS das respectivas bases de cálculo, convertendo-se em eventual valor devido visto as compensações realizadas. O valor envolvido com risco possível é de R$ 1.982.105 (R$ 1.825.929 em 31 de dezembro de 2025).

(iii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais, bases negativas e outros créditos federais. O valor envolvido é de R$ 541.394 (R$ 289.676 em 31 de dezembro de 2025).

(iv) Cobrança de tributos sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R$ 247.353 (R$ 232.657 em 31 de dezembro de 2025).

(v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R$ 365.526 (R$ 351.801 em 31 de dezembro de 2025).

Classificado como Público

(vi) Glosa de créditos de PIS/COFINS sobre insumos - despesas e custos que segundo avaliação da Companhia foram intrinsicamente relacionados a atividade operacional da mesma. O valor envolvido é de R$ 615.949 (R$ 349.532 em 31 de dezembro de 2025).

(vii) Processo relacionado ao lucro da exploração: questionamento da Receita Federal por suposta utilização indevida do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ referente à Sudene em razão do questionamento quanto a averbação dos laudos apresentados. O valor envolvido é de R$ 390.975 (R$ 355.624 em 31 de dezembro de 2025).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos federais relativas, mas não se limitando, às cobranças indevidamente vinculadas ao Grupo Jornal do Brasil, divergência de interpretação das regras contidas na Lei nº 9.718/98, outras compensações referentes à reapuração do pré-pago, desdobramentos do ágio e apuração de estimativas, tributação sobre operações de roaming internacional e de cessão onerosa de meios de rede, diferença de alíquota de IRRF, além de outros temas de menor representatividade.

d.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra a TIM S.A. e controladas relativamente a tributos estaduais em 30 de setembro de 2026 é de R$ 13.650.679 (R$ 12.960.732 em 31 de dezembro de 2025). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

(i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata. O valor envolvido é de R$ 1.640.310 (R$ 1.534.669 em 31 de dezembro de 2025).

(ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R$ 571.008 (R$ 536.534 em 31 de dezembro de 2025).

(iii) Estorno de crédito, glosa de creditamentos extemporâneos e lançamentos relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R$ 817.414 (R$ 715.792 em 31 de dezembro de 2025).

(iv) Cobrança sobre estorno de débitos do ICMS, decorrente da identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, bem como sobre os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), operações isentas e não tributadas e sobre outros créditos de natureza não tributável e cobranças e glosa de créditos de ICMS relacionados com operações sujeitas ao regime de substituição tributária. O valor envolvido é de R$ 4.995.500 (R$ 4.872.070 em 31 de dezembro de 2025).

(v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R$ 94.023 (R$ 83.607 em 31 de dezembro de 2025).

(vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R$ 1.357.910 (R$1.258.266 em 31 de dezembro de 2025).

Classificado como Público

(vii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados e do momento da tributação relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R$ 2.581.318 (R$ 2.248.803 em 31 de dezembro de 2025).

(viii) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R$ 230.678 (R$ 237.426 em 31 de dezembro de 2025).

(ix) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R$ 186.017 (R$ 261.438 em 31 de dezembro de 2025).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos estaduais relativas, mas não se limitando, ao coeficiente de creditamento aplicado nas aquisições de ativo permanente, aos créditos decorrentes de itens financeiros e de natureza não telecom indevidamente tributados no campo "Outras OCCs" (*Other Credits and Charges*), às outras operações isentas e não tributadas interestaduais, ao diferencial de alíquota – DIFAL, ao regime especial previsto no Convênio 128/10 e 17/13, às regras de emissão de notas fiscais disciplinadas no Convênio 55/05, além de outros temas de menor representatividade.

d.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R$ 2.039.617 em 30 de setembro de 2026 (R$ 1.988.271 em 31 de dezembro de 2025). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

(i) Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R$ 1.744.228 (R$1.673.534 em 31 de dezembro de 2025).

(ii) Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R$ 111.894 (R$ 106.438 em 31 de dezembro de 2025).

(iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R$ 134.296 (R$ 154.989 em 31 de dezembro de 2025).

d.3.4. Tributos regulatórios

O valor total autuado contra a Companhia e controladas relativamente às contribuições para o FUST, FUNTTEL, TFI, FISTEL e EBC com classificação de risco possível é de R$ 4.884.917 (R$ 4.509.635 em 31 de dezembro de 2025). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

24. Obrigações com acionistas

Operação de grupamento e desdobramento

Classificado como Público

Em 24 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o grupamento e o posterior desdobramento de suas ações ordinárias, na proporção de 100:1, seguido de 1:100, sem afetar o capital social, o número de ações ou os ADRs da Companhia.

A proposta aprovada em 27 de março de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, considerou que a Operação, quando realizada: (i) será aplicada a todos os acionistas da Companhia, (ii) sem alteração no valor do capital social da Companhia ou no número total de ações, (iii) sem modificação dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia aos seus titulares e (iv) sem alteração no número de ações que compõem cada ADR, permanecendo inalterado o número total de ADRs em circulação.

No início de julho de 2025, a Companhia realizou o procedimento de grupamento e desdobramento de ações, após o prazo de 30 dias. Em 14 de julho de 2025, foi realizado leilão para alienação de 22.059.698 ações ordinárias correspondentes às frações resultantes da operação, formadas a partir da aglutinação das frações de ações. O resultado do leilão, no valor total de R$ 455.691, já líquido de custos e taxas, equivalente a R$ 20,66 por ação ordinária, foi disponibilizado aos titulares das frações de ações, nas devidas proporções, a partir do dia 23 de julho de 2025. Do resultado do leilão, o montante de R$ 79.577 foi pago até 30 de setembro de 2026, restando o montante de R$ 376.125 (R$ 376.458 em 31 de dezembro de 2025) à disposição dos antigos acionistas não identificados ou sem os dados cadastrais completos.

As frações de ações não reclamadas pelos acionistas em até 3 anos, são revertidas ao patrimônio líquido da Companhia no momento de sua prescrição.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Em 30 de setembro de 2026, o valor de obrigações com acionistas decorrente de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é de R$ 138.954 (R$ 157.831 em 31 de dezembro de 2025).

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2026, está representado por 2.378.925.889 ações ordinárias, após o cancelamento das ações em tesouraria, conforme nota 25.e. (2.392.125.889 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2025). As ações não possuem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

b. Reservas de capital

Classificado como Público

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	09/2026	12/2025
	378.643	388.236
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	1.042	10.635
Outras reservas de capital	23.997	23.997

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 16.d).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).

b.3 Outras reservas de capital

Corresponde às frações de ações prescritas, resultantes de grupamentos realizados em exercícios anteriores. Como não foram resgatadas pelos acionistas no prazo legal, essas frações foram revertidas em favor da Companhia e registradas em outras reservas de capital, no montante de R$ 23.997.

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, excluindo o saldo destinado a reserva de incentivos fiscais, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

Conforme estatuto, o saldo de reserva de expansão não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

Classificado como Público

c.3 Reserva de incentivo fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 30 de setembro de 2026, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R$ 3.143.043 (R$3.143.043 em 31 de dezembro de 2025).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente à redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 27 de março de 2025, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios
Em 31 de dezembro de 2025, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2025
Lucro líquido do exercício	4.311.984
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(440.088)
(-) Constituição da reserva legal	(193.492)
Lucro líquido ajustado	3.678.404
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	919.601
Distribuição com base no lucro do exercício ajustado:	
Juros sobre capital próprio	1.720.000
Dividendos	1.379.192
Total de dividendos e JSCP propostos e distribuídos	3.099.192
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(327.576)
Total de dividendos e JSCP líquidos	2.771.616
Distribuição com base nas reservas de lucro:	
JSCP propostos e distribuídos	490.000
Dividendos intermediários / adicionais	410.808
Total de dividendos (incluindo dividendos adicionais) e JSCP líquidos	3.672.424

Classificado como Público

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das informações trimestrais são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Durante o ano de 2025, foram distribuídos os montantes de R$2.210.000 de juros sobre capital próprio, sendo o valor de R$ 1.720.000 distribuído com base no lucro do exercício de 2025 e R$ 490.000 com base na reserva de expansão, e propostos dividendos de R$1.790.000, sendo o valor de R$ 1.379.192 distribuído com base no lucro do exercício de 2025 e R$ 410.808 com base na reserva de expansão, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2025, totalizando R$ 4.000.000.

Os valores destinados até 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, estão apresentados abaixo:

Aprovação	Pagamento	Provento
10/02/2025	22/04/2025	200.000
24/03/2025	Até 30/04/2026	490.000
05/05/2025	23/07/2025	300.000
22/07/2025	21/10/2025	320.000
23/09/2025	21/01/2026	480.000
16/12/2025	Até 30/06/2026	420.000
16/12/2025	30/12/2025	1.790.000
Total 2025		**4.000.000**
18/03/2026	30/04/2026	390.000
17/06/2026	22/07/2026	400.000
17/09/2026	22/01/2027	515.000
Total 2026		**1.305.000**

Até 30 de setembro de 2026, a Companhia desembolsou, por meio de dividendos e/ou JSCP, o montante total de R$ 2.030.648 (R$ 2.587.708, em 30 de setembro de 2025), sendo R$ 1.367.423 (R$ 1.734.488 em 30 de setembro de 2025) aos acionistas controladores e R$ 663.225 (R$ 853.220 em 30 de setembro de 2025) aos acionistas não controladores. O total de dividendos pagos por ação, expresso em reais, em 30 de setembro de 2026 é de R$ 0,85 (R$ 1,08 no mesmo período de 2025).

O saldo total em 30 de setembro de 2026 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar”, totalizando R$ 598.486 (R$ 1.377.150 em 31 de dezembro 2025), dos quais R$ 459.532 (R$ 1.219.319 em 31 de dezembro de 2025) estão registrados na linha “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” e R$138.954 (R$157.831 em dezembro de 2025) na linha “Obrigações com acionistas”, é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R$ 169.592 (R$193.337 em 31 de dezembro 2025) além do montante de R$ 515.000 (R$ 428.894 líquidos) de JSCP referentes a 2026, aprovados em setembro de 2026, a serem pagos em janeiro de 2027.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

Classificado como Público

e. Ações em tesouraria

A Companhia mantém ações em tesouraria registradas pelo custo de aquisição, em conta redutora do patrimônio líquido, conforme estabelecido pelo IAS 32/CPC 39. As ações em tesouraria não conferem direito a voto ou recebimento de dividendos e não geram efeitos no resultado pela alienação ou cancelamento.

Em 12 de agosto de 2026, foi encerrado o programa de recompra de ações aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025 (Programa 8). Durante sua vigência, foram adquiridas 46.884 milhares de ações ordinárias, das quais 28.679 milhares de ações foram canceladas em 16 de dezembro de 2025, permanecendo o saldo remanescente em tesouraria. O programa também previa a destinação de parte das ações recompradas para atendimento ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (LTI).

Em 19 de agosto de 2026, o Conselho de Administração aprovou um novo programa de recompra de ações (Programa 9), autorizando a aquisição de até 55.187 milhares de ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a aproximadamente 2,31% do total de ações ordinárias, limitado ao montante de R$ 1 bilhão. As ações adquiridas poderão permanecer em tesouraria ou ser posteriormente canceladas, observados os limites legais e regulamentares aplicáveis. O programa permanecerá vigente até 19 de fevereiro de 2028.

Em 16 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 28.679 milhares de ações mantidas em tesouraria, sem redução do capital social, passando o capital social a ser dividido em 2.392.125.889 ações ordinárias. Posteriormente, em 17 de setembro de 2026, foi aprovado o cancelamento de outras 13.200 milhares ações mantidas em tesouraria, também sem redução do capital social, resultando em um capital social dividido em 2.378.925.889 ações ordinárias.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia mantém em tesouraria 2.151 (3.458 em 31 de dezembro de 2025) milhares de ações ordinárias, totalizando R$ 42.188 (R$ 78.539 em 31 de dezembro de 2025).

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2021-2023 e Plano 2024-2026

Em 30 de março de 2021 e 28 de março de 2024, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo: “Plano 2021-2023” e “Plano 2024-2026” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2021-2023 e 2024-2026 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*). Estes propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

Para os Planos 2021-2023 e 2024-2026 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Estes Planos, além de considerar a transferência de ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período de *vesting* (carência).

Classificado como Público

Tabela Programa de Ações (Performance *Shares e Restricted Shares*)

Total (TIM SA)

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo de ações (principal) no início do exercício (dez/25)	Ações (principal) outorgadas durante o período 2026	Ações transferidas durante o período				Pagas em Dinheiro durante o período				Ações canceladas (principal) durante o período	Saldo de ações (principal) no final do período (set/26)
						Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas	Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheiro		
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2026	887.812	mai/29	R$ 26,78	-	887.812	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**887.812**
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2025	1.368.704	mai/28	R$ 17,22	1.121.959	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(61.551)	**1.060.408**
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2024	1.226.859	jul/27	R$ 18,34	884.346	-	(147.340)	(73.671)	(31.502)	(252.513)	-	-	-	-	(100.791)	**636.215**
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R$ 12,60	687.088	-	(623.503)	(445.552)	(188.660)	(1.257.715)	-	-	-	-	(51.207)	**12.378**
	Total			**2.693.393**	**887.812**	(770.843)	(519.223)	(220.162)	(1.510.228)	-	-	-	-	(213.549)	**2.596.813**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			**R$ 20,74**												

Tabela Programa de Ações (Performance *Shares e Restricted Shares*)

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo de ações (principal) no início do período (dez/24)	Ações (principal) outorgadas durante o período 2025	Ações transferidas durante o período				Pagas em Dinheiro durante o período				Ações canceladas (principal) durante o período	Saldo de ações (principal) no final do período (set/25)
						Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas	Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheiro		
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2025	1.383.956	mai/28	R$ 17,22	-	1.383.956	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.808)	**1.342.148**
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2024	1.226.859	jul/27	R$ 18,34	1.142.341	-	(88.693)	(44.360)	(11.012)	(144.065)	-	-	-	-	-	**1.053.648**
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R$ 12,60	1.097.732	-	(303.469)	(265.491)	(77.121)	(646.081)	-	-	-	-	(2)	**794.261**
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R$ 13,23	426.595	-	(403.661)	(253.959)	(111.224)	(768.844)	(11.645)	(6.186)	(3.016)	(20.847)	(11.289)	-
	Total			**2.666.668**	**1.383.956**	(795.823)	(563.810)	(199.357)	(1.558.990)	(11.645)	(6.186)	(3.016)	(20.847)	(53.099)	**3.190.057**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			**R$ 16,44**												

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

Classificado como Público

- **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2021 a 31 de março de 2021.
- **Plano 2021-2023 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2022 a 31 de março de 2022.
- **Plano 2021-2023 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2023 a 31 de março de 2023.
- **Plano 2024-2026 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2024 a 31 de março de 2024.
- **Plano 2024-2026 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2025 a 31 de março de 2025.
- **Plano 2024-2026 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2026 a 31 de março de 2026.

Em 30 de setembro de 2026, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R$ 29.983 (R$ 27.485 em 30 de setembro de 2025). No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2026, a Companhia não efetuou pagamentos em dinheiro aos participantes do Plano de Incentivo de Longo Prazo. No mesmo período de 2025, foram realizados pagamentos em dinheiro aos participantes desse programa no montante de R$ 14.667.

Ações destinadas ao Plano de Incentivo de Longo Prazo

Conforme descrito na nota 25.e, o programa de recompra de ações aprovado pelo Conselho de Administração em fevereiro de 2025 previa a destinação de aproximadamente 5 milhões de ações à remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo. O referido programa foi encerrado em 12 de agosto de 2026. Até 30 de setembro de 2026, a Companhia havia transferido para o referido plano 3,1 milhões de ações ordinárias, sendo 1,5 milhão no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026 (1,6 milhão em 2025).

27. Receita líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo e número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Classificado como Público

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no período findo em 30 de setembro de 2026 é de R$ 134.176 (R$ 80.775 em 30 de setembro de 2025).

Em março de 2025, o acordo firmado entre TIM S.A. e Banco C6 teve a aprovação da Autoridade Monetária das Ilhas Cayman (CIMA), se confirmando o encerramento da parceria, assim como as disputas relacionadas e procedimentos arbitrais que estavam em curso. Até 31 de dezembro de 2025, os valores referentes ao Acordo, foram liquidados.

Adicionalmente, a receita de serviços inclui receitas da V8.Tech, relacionadas a soluções digitais e serviços de tecnologia, e da I-Systems Soluções de Infraestrutura S.A., relacionadas à infraestrutura de fibra óptica e rede neutra.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, liquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

(i) venda de equipamentos; e
(ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 / CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Classificado como Público

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 10) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	Controladora		Consolidado
	09/2026	09/2025	09/2026
Receita operacional líquida	20.676.398	19.704.561	20.840.980
Receita operacional bruta	32.729.891	29.584.916	32.917.750
Receita de serviços	31.647.473	28.511.802	31.835.332
Receita de serviços - Móvel	29.567.834	26.858.664	29.567.834
Receita de serviços – Fixa	2.079.639	1.653.138	2.267.498
Venda de mercadorias	1.082.418	1.073.114	1.082.418
Deduções da receita bruta	(12.053.493)	(9.880.355)	(12.076.770)
Impostos incidentes	(3.110.642)	(2.995.740)	(3.133.919)
Descontos concedidos	(8.937.126)	(6.876.334)	(8.937.126)
Devoluções e outros	(5.725)	(8.281)	(5.725)

28. Custos e despesas operacionais

	Controladora							
	09/2026				09/2025			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(9.328.804)	(4.642.808)	(1.405.008)	(15.376.620)	(9.196.777)	(4.483.763)	(1.290.935)	(14.971.475)
Pessoal	(22.741)	(755.226)	(334.140)	(1.112.107)	(46.726)	(734.382)	(342.525)	(1.123.633)
Serviços de terceiros	(513.046)	(1.529.741)	(605.649)	(2.648.436)	(474.250)	(1.512.322)	(567.360)	(2.553.932)
Interconexão e meios de conexão	(3.065.245)	-	-	(3.065.245)	(2.751.755)	-	-	(2.751.755)
Depreciação e amortização	(4.506.491)	(311.492)	(406.900)	(5.224.883)	(4.670.240)	(309.473)	(320.833)	(5.300.546)
Impostos, taxas e contribuições	(119.919)	(641.312)	(24.438)	(785.669)	(110.925)	(667.598)	(20.388)	(798.911)
Aluguéis e seguros	(398.943)	(139.009)	(24.522)	(562.474)	(437.083)	(138.364)	(23.868)	(599.315)
Custo das mercadorias vendidas	(690.689)	-	-	(690.689)	(699.586)	-	-	(699.586)
Publicidade e propaganda	-	(504.622)	-	(504.622)	-	(527.611)	-	(527.611)
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	(739.047)	-	(739.047)	-	(564.896)	-	(564.896)
Outros	(11.730)	(22.359)	(9.359)	(43.448)	(6.212)	(29.117)	(15.961)	(51.290)

Classificado como Público

	Consolidado			
	09/2026			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(9.491.704)	(4.666.126)	(1.453.311)	(15.611.141)
Pessoal	(81.481)	(759.673)	(353.565)	(1.194.719)
Serviços de terceiros	(609.186)	(1.541.443)	(632.145)	(2.782.774)
Interconexão e meios de conexão	(2.908.779)	-	-	(2.908.779)
Depreciação e amortização	(4.670.080)	(319.127)	(404.108)	(5.393.315)
Impostos, taxas e contribuições	(119.957)	(641.312)	(25.446)	(786.715)
Aluguéis e seguros	(399.026)	(138.953)	(27.715)	(565.694)
Custo das mercadorias vendidas	(690.689)	-	-	(690.689)
Publicidade e propaganda	-	(504.715)	-	(504.715)
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	(738.446)	-	(738.446)
Outros	(12.506)	(22.457)	(10.332)	(45.295)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia, no montante de R$ 25.066 (R$ 24.394 em 30 de setembro de 2025). Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

29. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado
	09/2026	09/2025	09/2026
Receitas			
Multas s/ serviços de telecomunicações	92.052	87.753	92.052
Receita na alienação de ativos	7.976	6.123	7.976
Outras receitas (i)	158.400	59.053	157.748
	258.428	152.929	257.776
Despesas			
FUST/FUNTTEL (ii)	(121.830)	(120.364)	(124.458)
Impostos, taxas e contribuições	(15.593)	(8.921)	(15.622)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(172.995)	(145.044)	(173.058)
Despesa na alienação de ativos	(5.539)	(10.974)	(5.539)
Outras despesas (iii)	(280.710)	(16.846)	(280.836)
	(596.667)	(302.149)	(599.513)
Outras receitas (despesas), líquidas	(338.239)	(149.220)	(341.737)

Classificado como Público

(i) Representa, principalmente, a receita diferida nas torres alienadas, sendo R$ 149.026 em 30 de setembro de 2026 (R$ 40.571 em 30 de setembro de 2025). O aumento de cerca de R$80 milhões no período está relacionado à realização em 2026 devido à renegociação do contrato com a ATC, conforme descrito na nota 17.

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

(iii) Inclui o montante de R$ 263.321 referente à perda decorrente da remensuração a valor justo da participação anteriormente detida na I-Systems na data da aquisição do controle, que está sob revisão, conforme previsto no CPC 15 (R1) / IFRS 3.

30. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado
	09/2026	09/2025	09/2026
Receitas financeiras	1.588.139	1.133.460	1.598.243
Juros sobre aplicações financeiras	521.769	566.532	530.399
Juros de clientes	45.634	32.879	45.634
Juros swap (ii)	885.325	206.234	885.325
Juros sobre arrendamento	21.445	21.656	21.445
Atualização monetária (i)	91.462	227.430	92.932
Outras receitas	22.504	78.729	22.508

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre créditos tributários e depósitos judiciais.

(ii) Representa os ganhos obtidos com instrumentos de swap obtidos de forma a proteger a Companhia de variações de taxas de juros incidentes sobre dívidas.

31. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado
	09/2026	09/2025	09/2026
Despesas financeiras	(3.164.271)	(2.484.059)	(3.214.716)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(162.387)	(188.329)	(195.875)
Juros sobre impostos e taxas	(316.717)	(320.793)	(317.358)
Juros swap (i)	(835.206)	(241.093)	(835.206)
Juros sobre passivo de arrendamento, líquidos de cancelamentos	(1.354.247)	(1.190.878)	(1.354.316)
Atualização monetária (ii)	(229.096)	(171.911)	(229.218)
Descontos concedidos	(51.064)	(37.884)	(51.138)
Outros derivativos (iii)	(6.942)	(165.780)	(6.942)
Outras despesas	(208.612)	(167.391)	(224.663)

Classificado como Público

(i) Representa as perdas incorridas com instrumentos de swap contratados com o objetivo de proteger a Companhia das variações das taxas de juros incidentes sobre suas dívidas.

(ii) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos, no montante de R$ 228.787 (R$ 171.911 em 30 de setembro de 2025).

(iii) Em função do acordo firmado entre TIM e Banco C6 e aprovado pela CIMA no 1º trimestre de 2025, houve o ajuste dos ativos financeiros detidos pela TIM nos termos contratuais. Os valores das operações com o C6 foram liquidados em dezembro de 2025.

32. Variação cambial, líquida

	Controladora		Consolidado
	09/2026	09/2025	09/2026
Receitas			
Empréstimos e financiamentos	-	7.739	271
Fornecedores	67.022	102.320	67.847
Swap	-	3.602	-
Contas a Receber	34.468	40.184	34.468
Ativo Financeiro (i)	18.629	11.990	18.629
	120.119	165.835	121.215
Despesas			
Empréstimos e financiamentos	-	(3.596)	(2.029)
Fornecedores	(29.099)	(49.550)	(30.088)
Swap	-	(7.739)	-
Contas a Receber	(56.678)	(114.036)	(56.678)
Ativo Financeiro (i)	(39.115)	(58.016)	(39.115)
	(124.892)	(232.937)	(127.910)
Variações cambiais, líquidas	(4.773)	(67.102)	(6.695)

(i) Refere-se às variações cambiais incidentes sobre o Fundo 5G, conforme nota 12.

33. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período, excluindo as ações em tesouraria.

	09/2026	09/2025
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	2.777.409	2.980.714
Quantidade média ponderada de ações em circulação (milhares)	2.389.975	2.418.962
Lucro básico por ação (expresso em R$)	1,16	1,23

Classificado como Público

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, excluindo as ações em tesouraria, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluidoras.

	09/2026	09/2025
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	2.777.409	2.980.714
Quantidade média ponderada de ações em circulação (milhares)	2.390.638	2.419.921
Lucro diluído por ação (expresso em R$)	1,16	1,23

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 663 milhares (959 milhares em 30 de setembro de 2025) relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 26.

A operação de grupamento/desdobramento de ações, conforme descrita na nota 24, não impactou o cálculo do lucro básico e diluído por ação, pois não houve alteração na quantidade média ponderada de ações em circulação.

34. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia e empresa controladora e coligadas são os seguintes:

	Ativo		
	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Telecom Italia Sparkle (i)	2.115	8.391	2.115
TI Sparkle (iii)	-	5	-
TIM Brasil (vii)	23.104	23.183	23.104
Telecom Italia S.p.A. (ii)	4.027	5.850	4.027
I-Systems (ix)	-	53.538	-
I-Systems (xi)	61.248	-	-
Outros	97	97	97
Total	90.591	91.064	29.343

Classificado como Público

	Passivo		
	Controladora		Consolidado
	09/2026	12/2025	09/2026
Telecom Italia S.p.A. (ii)	129.814	90.846	129.814
Telecom Italia Sparkle (i)	2.130	6.407	2.130
TI Sparkle (iii)	2.746	2.402	2.746
TIM Brasil (iv)	10.858	10.858	10.858
I-Systems (viii)	-	56.027	-
I-Systems (xi)	7.451	-	-
TIM Brasil (x)	288.171	791.797	288.171
V8.Tech	1.973	-	-
Outros	6.883	4.138	6.883
Total	450.026	962.475	440.602

	Receita		
	Controladora		Consolidado
	09/2026	09/2025	09/2026
Telecom Italia S.p.A. (ii)	14.561	18.667	14.561
Telecom Italia Sparkle (i)	5.784	3.033	5.784
TI Sparkle (iii)	19	247	19
I Systems (ix)	739	1.680	739
I Systems (xi)	297	-	-
Total	21.400	23.627	21.103

	Custos/Despesa		
	Controladora		Consolidado
	09/2026	09/2025	09/2026
Telecom Italia S.p.A. (ii)	125.931	115.882	125.931
Telecom Italia Sparkle (i)	2.913	3.504	2.913
TI Sparkle (iii)	11.665	10.933	11.665
Grupo Vivendi (v)	-	1.851	-
Gruppo Havas (vi)	-	274.836	-
I-Systems (viii)	148.679	340.893	148.679
I-Systems (xi)	160.332	-	-
Outros	25.477	24.929	25.477
Total	474.997	772.828	314.665

(i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale.*

Classificado como Público

(ii) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM S.A. o direito de utilização da marca "TIM" mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita liquida da Companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.

(iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(iv) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.

(v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS. Em maio de 2025 o Grupo Vivendi deixou de ser parte relacionada.

(vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referiam-se aos serviços de publicidade, dos quais R$ 255.949, em 30 de setembro de 2025, estavam relacionados aos repasses de mídia. Em 30 de setembro de 2026, não há valores registrados, uma vez que o Gruppo Havas deixou de ser parte relacionada em maio de 2025.

(vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(viii) Os valores referem-se a serviços de capacidade de infraestrutura de fibra.

(ix) Refere-se principalmente a despesa antecipada que representam os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato.

(x) Os valores referem-se ao saldo de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar para a controladora.

(xi) Os valores referem-se a serviços de capacidade de rede prestados pela I-Systems.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 30 de setembro de 2026, a Companhia investiu R$ 369 (R$ 8.269 em 30 de setembro de 2025).

Os saldos em aberto no fim do período não estão atrelados a garantias e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

Classificado como Público

35. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	09/2026	09/2025
Benefícios de curto prazo	20.824	20.224
Remuneração baseada em ações	13.006	13.578
	33.830	33.802

36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a *"hedge accounting*".

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap* e opções.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar o aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

Classificado como Público

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré-fixada e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamentos junto ao BNDES (FINAME) e BNB, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 ou receitas de serviços prestados durante os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política da Companhia para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

(v) Risco de Liquidez

O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez. Vide notas 17 e 20.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

Classificado como Público

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

	09/2026		12/2025	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Operações com derivativos	322.697	74.288	452.203	168.711
	322.697	74.288	452.203	168.711
Parcela circulante	(322.697)	(74.288)	(452.203)	(168.711)

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 17 e 20.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

	09/2026			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**TOTAL**
Total do ativo	1.993.976	507.756	329.613	2.831.345
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.993.976	507.756	329.613	2.831.345
Instrumentos financeiros derivativos	-	322.697	-	322.697
Títulos e valores mobiliários	1.993.976	-		1.993.976
Ativos financeiros	-	185.059	329.613	514.672
Total do passivo	-	113.394	-	113.394
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	74.288	39.106	113.394
Instrumentos financeiros derivativos	-	74.288	-	74.288
Contraprestação contingente – *earn-out*	-	-	39.106	39.106

Classificado como Público

O Fundo 5G investe em ações de empresas de tecnologia de capital fechado em estágio de crescimento, classificados no Nível 3 em razão da utilização de dados de entrada não observáveis para a mensuração, já que não são negociados em mercados ativo. Para tais investimentos as metodologias de avaliação foram: (i) abordagem de mercado, considerando transações recentes envolvendo títulos iguais ou semelhantes do emissor; ou (ii) abordagem de mercado, considerando múltiplos de receita de empresas comparáveis de capital aberto.

	12/2025		
	Nível 1	**Nível 2**	**TOTAL**
Total do ativo	2.639.447	627.520	3.266.967
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.639.447	627.520	3.266.967
Instrumentos financeiros derivativos	-	452.203	452.203
Títulos e valores mobiliários	2.300.655	-	2.300.655
Ativos financeiros	338.792	175.317	514.109
Total do passivo	-	168.711	168.711
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	168.711	168.711
Instrumentos financeiros derivativos	-	168.711	168.711

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de empresas similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Classificado como Público

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados a taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 30 de setembro de 2026, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas no quadro a seguir:

30 de setembro de 2026

		CONTRAPARTE				%	**TAXAS MÉDIAS *SWAP***	
Moeda	Tipo de *SWAP*	Dívida	*SWAP*	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa) [1]	Cobertura	Ponta Ativa	Ponta Passiva
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	260.838	261.458	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	55,19% a 69,50% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.435.134	1.432.726	100%	IPCA + 4,0432% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	287.037	287.894	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

[1] Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%) e, alguns contratos de dívida atrelados ao IPCA foram remensurados devido à deflação. Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

Classificado como Público

31 de dezembro de 2025

		CONTRAPARTE				% Cobertura	TAXAS MÉDIAS *SWAP*	
Moeda	Tipo de *SWAP*	Dívida	*SWAP*	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa) [1]		Ponta Ativa	Ponta Passiva
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	399.975	400.926	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	55,19% a 69,50% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	2.060.566	2.062.508	100%	IPCA + 4,0432% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	329.567	330.551	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

[1] Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos *swaps*

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário sensibilidade (i)		**Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (ii)**	**A) Δ Variação Acumulada Dívida**	**Valor justo da ponta ativa do swap (+)**	**Valor justo da ponta passiva do swap (-)**	**Resultado swap**	**B) Δ Variação Acumulado Swap**	**C) Resultado final (B-A)**
	Set/26	1.910.274	-	1.910.274	(1.663.917)	246.356	-	-
CDI	Provável	1.910.274	-	1.910.274	(1.663.917)	246.357	-	-
	Possível	1.910.274	-	1.910.274	(1.671.950)	238.324	(8.033)	(8.033)
	Remoto	1.910.274	-	1.910.274	(1.679.924)	230.350	(16.006)	(16.006)
IPCA	provável	1.910.274	-	1.910.274	(1.663.917)	246.356	-	-
	possível	1.871.781	(38.492)	1.871.781	(1.663.917)	207.864	(38.492)	-
	remoto	1.835.078	(75.195)	1.835.078	(1.663.917)	171.161	(75.195)	-

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

(ii) BNB, Debenture e BNDES.

Classificado como Público

Variável de risco	Cenário sensibilidade (i)	CDI	IPCA
CDI	Provável	13,65%	4,58%
	Possível	17,06%	4,58%
	Remoto	20,48%	4,58%
IPCA	Provável	13,65%	4,58%
	Possível	13,65%	5,73%
	Remoto	13,65%	6,87%

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de setembro de 2026 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação de moeda estrangeira, utilizadas nos contratos de swap. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	09/2026	09/2025
Resultado líquido em operações de derivativos	50.119	(38.996)
Resultado de operações com outros derivativos	(6.864)	(165.780)

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Movimentação dos passivos financeiros

Classificado como Público

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	**Passivo de arrendamento**	**Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos**
31 de dezembro de 2025	2.778.723	13.764.868	(283.492)
Ingressos	-	1.814.267	(9.200)
Cancelamentos/Encerrados	-	(601.249)	-
Encargos financeiros	165.982	1.366.387	(43.255)
Recebimentos / (pagamentos) principal (i)	(915.446)	(1.168.672)	-
Pagamentos de juros	(54.031)	(1.397.990)	87.538
30 de setembro de 2026	1.975.228	13.777.611	(248.409)

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	**Passivo de arrendamento**	**Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos**
31 de dezembro de 2025	2.778.723	13.764.868	(283.492)
Saldo de Companhias adquiridas	630.762	2.084	-
Ingressos	-	1.814.267	(9.200)
Cancelamentos/Encerrados	-	(602.797)	-
Encargos financeiros	209.714	1.366.620	(43.255)
Variações cambiais, líquidas	140	-	-
Recebimentos / (pagamentos) principal (i)	(1.541.866)	(1.169.014)	-
Pagamentos de juros	(102.245)	(1.398.223)	87.538
30 de setembro de 2026	1.975.228	13.777.805	(248.409)

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	**Passivo de arrendamento**	**Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos**
31 de dezembro de 2024	3.035.501	12.575.846	(678.434)
Ingressos	-	2.245.542	-
Cancelamentos/Encerrados (ii)	-	(137.920)	522.822
Encargos financeiros	191.810	1.210.619	34.859
Variações cambiais, líquidas	(4.143)	-	4.137
Recebimentos / (pagamentos) principal (i)	(308.993)	(1.177.982)	3.602
Pagamentos de juros	(59.192)	(1.210.923)	(81.703)
30 de setembro de 2025	2.854.983	13.505.182	(194.717)

(i) Os pagamentos de passivo de arrendamento, incluem pagamentos de multas no montante de R$ 23 milhões (R$ 35 milhões, no mesmo período de 2025).

(ii) Refere-se ao impacto do Acordo com o C6 onde os derivativos foram integralmente baixados no período.

Classificado como Público

37. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

	09/2026	12/2025
Planos FUNCESP, Planos de Saúde (Plano de Saúde FIBER), PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	4.485	4.485

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos e de contribuição definida para grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração do ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO e da Fundação Sistel de Seguridade Social. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de previdência complementar, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo. Atualmente, o plano encontra-se em processo de Retirada de Patrocínio junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9.656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

38. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 30 de setembro de 2026, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), riscos ambientais, saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de garantia são demonstrados a seguir:

Classificado como Público

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R$ 590.137
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R$ 96.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R$ 150.000
Riscos Ambientais	R$ 16.800
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Garantia Única de Danos Materiais e Danos Corporais) e R$100 para Danos Morais.

39. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora	Consolidado	
	09/2026	09/2025	09/2026
Transações que não envolvem caixa			
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(1.668.727)	(2.192.281)	(1.669.383)
Aumento dos passivos de arrendamento - sem efeito no caixa	1.814.267	2.245.542	1.814.267
Dividendos/JSCP aprovados e ainda não pagos	(515.000)	(1.974.000)	(515.000)
Valores a receber - Acordo C6	-	468.000	-
Contraprestação contingente – *earn-out* e valor retido – aquisição da V8.Tech	(39.106)	-	(39.106)

40. Eventos Subsequentes

Incorporação da controlada I-Systems

Em 30 de outubro de 2026, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a incorporação da I-Systems Soluções de Infraestrutura S.A. pela TIM S.A. A I-Systems era titular de autorização para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM") e do Serviço Limitado Privado ("SLP") perante a Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"). A ANATEL aprovou a operação e a consequente transferência e consolidação, em nome da TIM, das Autorizações e demais registros regulatórios relacionados aos serviços atualmente prestados pela I-Systems, nos termos do Acórdão nº 277, de 16 de outubro de 2026 e do Ato nº 13.546, de 27 de outubro de 2026, em conformidade com a regulamentação aplicável.

Classificado como Público

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da TIM S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”), relativas ao período findo em 30 de setembro de 2026 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 5 de novembro de 2026.

WALMIR URBANO KESSELI
Presidente do Conselho Fiscal

ELIAS DE MATOS BRITO
Membro do Conselho Fiscal

Classificado como Público

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente), **Andrea Palma Viegas Marques** (Diretora Financeira), **Luciene Rodrigues Abrão Pandolfo** (Diretora Jurídica), **Maria Antonietta Russo** (*People, Culture & Organization Officer),* **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*) e **Vicente de Moraes Ferreira** (Diretor de Relações com Investidores), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A. ("Companhia"), declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período findo em 30 de setembro de 2026.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2026.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES
Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

VICENTE DE MORAES FERREIRA
Diretor de Relações com Investidores

LUCIENE RODRIGUES ABRÃO PANDOLFO
Diretora Jurídica

MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer

Classificado como Público

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente), **Andrea Palma Viegas Marques** (Diretora Financeira), **Luciene Rodrigues Abrão Pandolfo** (Diretora Jurídica), **Maria Antonietta Russo** (*People, Culture & Organization Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*) e **Vicente de Moraes Ferreira** (Diretor de Relações com Investidores), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A. ("Companhia"), declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às informações trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2026.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2026.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES
Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

VICENTE DE MORAES FERREIRA
Diretor de Relações com Investidores

LUCIENE RODRIGUES ABRÃO PANDOLFO
Diretora Jurídica

MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer

Classificado como Público